



EXAME CFC

SIMULADO GERAL 06

COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. Analise as cinco situações patrimoniais a seguir:

1ª Caixa, R\$ 100,00; Patrimônio Líquido Negativo, R\$ 350,00; Obrigações, R\$ 450,00.

2ª Caixa, R\$ 0,00; Patrimônio Líquido Negativo, R\$ 450,00; Obrigações, R\$ 450,00.

3ª Caixa, R\$ 450,00; Obrigações, R\$ 200,00; Patrimônio Líquido, R\$ 250,00.

4ª Caixa, R\$ 450,00; Obrigações, R\$ 450,00; Patrimônio Líquido, R\$ 0,00.

5ª Caixa, R\$ 450,00; Obrigações, R\$ 0,00; Patrimônio Líquido, R\$ 450,00.

De acordo com o estudo da teoria contábil, as situações acima se classificam, pela ordem (1ª – 2ª – 3ª – 4ª – 5ª), em:

- Estabilidade Absoluta – Estabilidade Relativa – Nula – Insolvência Relativa – Insolvência Absoluta.
- Estabilidade Relativa – Nula – Insolvência Relativa – Insolvência Absoluta – Estabilidade Absoluta.
- Nula – Insolvência Relativa – Insolvência Absoluta – Estabilidade Absoluta – Estabilidade Relativa.
- Insolvência Relativa – Insolvência Absoluta – Estabilidade Relativa – Nula – Estabilidade Absoluta.
- Insolvência Absoluta – Insolvência Relativa – Estabilidade Absoluta – Estabilidade Relativa – Nula.

Resolução:

A fórmula **Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido** é denominada “*equação fundamental do patrimônio*”, pois traduz a situação do patrimônio da maioria das empresas. A equação fundamental do patrimônio destina-se a apurar a situação líquida da entidade.

O **ativo** é o lado direito da equação e do balanço patrimonial, já o **Passivo + PL** é o lado esquerdo da equação e do balanço patrimonial.

As possíveis situações patrimoniais de uma empresa estão representadas abaixo:

A > P exigível	Saldo líquido > 0	Situação superavitária Estabilidade Relativa	PL positivo
A = P exigível	Saldo Líquido = 0	Situação NULA ou Situação EQUILIBRADA	PL inexistente
A < P exigível	Saldo Líquido < 0	Situação Deficitária	PL negativo <i>(Passivo a descoberto)</i>
A = PL	Saldo Líquido > 0	Constituição de sociedade Estabilidade Absoluta	PL positivo

Sendo os seguintes termos conceituados como:

- Estabilidade absoluta** – Quando a entidade possui PL positivo e não possui obrigações (PL = A)
- Estabilidade Relativa** – Quando a entidade possui PL positivo, mas também possui obrigações (PL < A)
- Insolvência Relativa** – Quando a entidade possui PL negativo e apresenta saldo positivo no Ativo (PL < P)
- Insolvência Absoluta** – Quando a entidade possui PL negativo e apresenta saldo nulo no Ativo (PL = P)

Analisando os conceitos acima com as situações patrimoniais apresentadas, podemos afirmar que a ordem correta será: *Insolvência Relativa – Insolvência Absoluta – Estabilidade Relativa – Nula – Estabilidade Absoluta*

Gabarito: Letra D.



2. Considerando a Estrutura Conceitual da Contabilidade, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. A respeito do assunto, considere as seguintes afirmativas:

1. A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.
2. O benefício econômico futuro que é incorporado em um passivo é o seu potencial de contribuir para o fluxo de caixa da empresa.
3. Comparabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante.
4. Lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro dos ativos líquidos exceder o seu montante antes de excluídas as distribuições aos proprietários e seus aportes de capital no período.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Resolução:

LETRA "A" - INCORRETA

- **Confiabilidade** ---> Na estrutura conceitual anterior, ela **era** uma característica qualitativa. Atualmente, **foi redenominada de representação fidedigna**.
- **Materialidade** ---> é um **aspecto de relevância** específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos. Ela faz parte da **característica qualitativa da relevância**.

LETRA "B" - CORRETA

- **Relevância** ---> A informação contábil faz **diferença na tomada de decisão dos usuários**.
- **Representação fidedigna** ---> para ser representação fidedigna, a informação contábil precisa ser composta por **3 atributos: completa, neutra e livre de erro**.

LETRA "C" - INCORRETA

- **Essência sobre a forma** ---> está em vigor e é uma **bandeira insubstituível** nas normas do IASB. Um exemplo seria o **arrendamento mercantil financeiro (leasing financeiro)** e a **consolidação de balanços**.
- **Neutralidade** ---> é **um dos atributos** da representação fidedigna.

LETRA "D" e "E" - INCORRETAS

São características qualitativas de **melhoria**.

Gabarito: Letra B.

3. A fórmula do lançamento contábil, adequado ao fato contábil, relacionado com a compra de mercadorias para estoque, a qual 50% foi paga à vista e os outros 50% ficaram para vencimento daqui a 30 dias, é a:

- a) 1ª fórmula.
- b) 2ª fórmula.
- c) 3ª fórmula.
- d) 4ª fórmula.
- e) 5ª fórmula.



Resolução:

Suponha que os Estoques tenham custado R\$ 100,00. Então o lançamento é o seguinte:

D - Estoque (ativo) 100

C - Caixa (ativo) 50 ($50\% \times 100$)

C - Fornecedores (passivo) 50

A tabela para saber a fórmula dos lançamentos é a seguinte:

	Débito	crédito
1ª fórmula	1	1
2ª fórmula	1	2
3ª fórmula	2	1
4ª fórmula	2	2

Portanto como temos 1 Débito e 2 Créditos, temos um lançamento de **2º fórmula**.

Gabarito: Letra B.**4. Sobre variações patrimoniais, os fatos contábeis são classificados em:**

- a) fatos permutativos, modificativos e mistos.
- b) fatos depreciativos e permutativos.
- c) fatos permutativos e modificativos.
- d) fatos permutativos e depreciativos.

Resolução:

Os **fatos contábeis** são eventos que provocam alterações qualitativas e/ou quantitativas no patrimônio das empresas. São contabilizados em contas patrimoniais (ativo, passivo ou PL) ou contas de resultado (receitas ou despesas), podendo ou não alterar o patrimônio líquido.

Há **três tipos** de fatos contábeis:

- **Fatos Permutativos:** provocam **alterações qualitativas no PL, não alterando seu valor**. Somente provocam trocas de elementos do ativo, do passivo, de ambos, ou entre elementos do patrimônio líquido.

Exemplo: pagamento de empregados

D - Salários a pagar (passivo)

C - Caixa (ativo)

- **Fatos Modificativos:** provocam **alterações quantitativas no PL, aumentando ou diminuindo seu valor**. Esses fatos podem ser **augmentativos**, caso aumente o PL, ou **diminutivos**, caso diminua a o PL. Geralmente envolvem o registro de receitas ou despesas.

Exemplo: venda a prazo

D - Clientes (ativo)

C - Receita de vendas (receita)

- **Fatos Mistos:** ocorrem, **ao mesmo tempo, fatos modificativos e permutativos**. Também podem ser **augmentativos** ou **diminutivos**.

Exemplo: pagamento de empréstimos com juros

D - Empréstimos a pagar (passivo)

D - Despesa de juros (despesa)

C - Caixa (ativo)

Gabarito: Letra A.

5. Em 1º.7.2017, uma Academia de Ginástica inaugurou suas instalações com o lançamento de uma campanha que consiste em que seus alunos paguem o pacote trimestral promocional no valor de R\$375,00, à vista, no ato da matrícula.

Aderindo a esse pacote, o contrato firmado entre as partes garante ao aluno o direito de frequentar a Academia em qualquer horário, durante três meses, sete dias da semana.

O contrato prevê que, independentemente da frequência do contratante, ao fim de cada mês o valor proporcional é considerado devido e não mais passível de devolução.

No mesmo dia da inauguração, a Academia de Ginástica efetuou a matrícula de 20 alunos e registrou o recebimento, em dinheiro, em seu Caixa no valor de R\$7.500,00.

Durante todo o mês de julho, a Academia de Ginástica não efetuou mais nenhuma matrícula e funcionou regularmente. Ao final do mês, apurou que, em média, o comparecimento dos alunos foi de 50%.

A Academia de Ginástica apura mensalmente suas receitas e despesas, em atendimento ao Regime de Competência.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 30 – RECEITAS; e desconsiderando-se os aspectos tributários, o valor da receita que deve ser reconhecida no mês de julho de 2017 é de:

- a) R\$1.250,00.
- b) R\$2.500,00.
- c) R\$3.750,00.
- d) R\$7.500,00.

Resolução:

A questão refere-se ao regime de Competência, vamos lembrar seu conceito contido no CPC 00:

*O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação **nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos**. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.*

Perceba que para a receita ser reconhecida independe o pagamento ou recebimento. Assim, no caso específico da questão, o valor recebido antecipadamente refere-se a três meses, devendo, portanto, pelo regime de competência, ser apropriado por mês.

É indiferente a informação de que a frequência dos alunos da academia é de apenas 50%, esta informação é apenas gerencial, não tendo relação alguma com a apropriação da receita.

Assim, temos:

7.500 / 3 meses = 2.500 por mês. Este é valor a ser apropriado como receita do período mensal.

Gabarito: Letra B.



6. A NBC TG 16 – Estoques exige, em termos de mensuração, que os estoques deverão ser apresentados nos relatórios financeiros pelo:

- a) valor de custo ou mercado, dentre eles, o menor.
- b) valor justo ou de custo, dentre eles, o menor.
- c) valor de reposição ou valor realizável líquido, dentre eles, o maior.
- d) valor de custo ou realizável líquido, dentre eles, o menor.
- e) valor justo ou de reposição, dentre eles, o maior.

Resolução:

Observe que a questão quer saber como se dá o critério de mensuração dos estoques no Balanço patrimonial. Conforme o CPC 16:

CPC 16 9. Os estoques objeto desta Norma deve ser mensurados pelo **valor de custo** ou pelo **valor realizável líquido, dos dois o menor.**

Gabarito: Letra D.

7. Os valores das compras e das vendas podem sofrer alterações em função de compras e vendas anuladas, descontos ou abatimentos incondicionais obtidos ou concedidos, fretes e seguros sobre compras, além de tributos incidentes sobre as compras e vendas. Assim, para apurarmos o resultado da conta mercadorias em empresas comerciais, nas quais durante o ano ocorreram fatos que alteraram os valores das compras e das vendas, utilizaremos qual das seguintes fórmulas?

- a) $CMV = EI + (C + FC - CA - DIO - AC) - EF$
- b) $CMV = EI - (C + FC + CA - DIO * AC) - EF$
- c) $CMV = EI + (C - FC - CA + DIO - AC) - EF$
- d) $CMV = EI + (C - FC - CA - DIO - AC) * EF$
- e) $CMV = EI * (C + FC - CA - DIO - AC) * EF$

Resolução:

Vamos classificar os itens primeiramente:

- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- FC = Fretes e Seguros Sobre Compras
- CA = Compras Anuladas
- DIO = Descontos Incondicionais obtidos
- AC = Abatimentos sobre compras
- EF = Estoque Final

A Fórmula Básica do CMV = $EI + C - EF$. Poderíamos eliminar as alternativas B, D e E. Sendo que a fórmula completa do **$CMV = EI + (C + FC - CA - DIO - AC) - EF$** .

Gabarito: Letra A.

8. P Considerando as seguintes informações sobre as operações com mercadorias da Empresa Boa de Venda: O Produto A teve lançado como CMV R\$ 200.000,00, no período foram comprados R\$ 100.000,00 e restaram em estoque final R\$ 50.000,00; O produto B tinha em estoque inicial R\$ 100.000,00; foi adquirido, no período, R\$ 300.000,00 e restou em estoque final R\$ 100.000,00. Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor que havia em estoque do Produto A e o valor do CMV do Produto B são, respectivamente:

- a) R\$ 100.000,00 – R\$ 150.000,00.
- b) R\$ 100.000,00 – R\$ 200.000,00.
- c) R\$ 150.000,00 – R\$ 200.000,00.
- d) R\$ 150.000,00 – R\$ 300.000,00.
- e) R\$ 300.000,00 – R\$ 150.000,00.



Resolução:

De acordo com os dados informados, utilizaremos a **fórmula do Custo da Mercadoria Vendida (CMV)**.

PRODUTO A

$$\text{CMV} = \text{ESTOQUE INICIAL} + \text{COMPRAS} - \text{ESTOQUE FINAL}$$

$$200.000 = \text{ESTOQUE INICIAL} + 100.000 - 50.000$$

ESTOQUE INICIAL = 150.000

PRODUTO B

$$\text{CMV} = \text{ESTOQUE INICIAL} + \text{COMPRAS} - \text{ESTOQUE FINAL}$$

$$\text{CMV} = 100.000 + 300.000 - 100.000$$

CMV = 300.000

Gabarito: Letra D.

9. A partir do exame do livro Razão Contábil de uma empresa, constataram-se os seguintes saldos contábeis, ao final de determinado período: Receita bruta de vendas de mercadorias = R\$ 35.000,00; Estoque inicial de mercadorias = R\$ 5.800,00; Estoque final de mercadorias = R\$ 6.400,00; Fornecedores = R\$ 4.500,00; ICMS sobre vendas = R\$ 5.950,00; Comissões sobre vendas = R\$ 3.200,00; Compras de mercadorias no período = R\$ 14.600,00. Com base nesses valores, o lucro bruto apurado é:

- a) R\$ 15.050,00
- b) R\$ 21.000,00
- c) R\$ 11.850,00
- d) R\$ 14.450,00
- e) R\$ 20.400,00

Resolução:

Questão trata sobre a elaboração da Demonstração do resultado do exercício e pede que encontremos o lucro bruto da entidade. O art. 187 da Lei 6.404/76 trata da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e sua composição. Veja o que ele dispõe:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

*II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o **lucro bruto**;*

[...]

Antes de montarmos a DRE, precisamos encontrar o valor do custo dos produtos vendidos (CMV ou CPV). Para isso, podemos utilizar a famosa equação:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{Compras} - \text{EF}$$

Assim:

$$\text{CMV} = 5.800 + 14.600 - 6.400 \Rightarrow 14.000$$

(+) Receita Bruta de Vendas	35.000
(-) Tributos Incidentes sobre vendas	(5.950)
(=) Receita Líquida	29.050
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(14.000)
(=) Lucro Bruto	15.050

Isso posto, nosso **gabarito é a letra a)**.

OBS: a conta fornecedores é conta de passivo e não interfere no cálculo do resultado do exercício. A conta comissões sobre vendas é despesa operacional e não interfere no cálculo do lucro bruto.

Gabarito: Letra A.

10. Os dados do Balancete de Verificação a seguir devem ser utilizados para responder à questão.

Balancete de Verificação – CIA. Gama
31.12.2017 – em R\$

Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Caixa e Equivalentes Caixa	250.000,00	
Recebíveis a Curto Prazo	450.000,00	
Receita de Vendas		2.000.000,00
Fornecedores		360.000,00
Imobilizado	1.150.000,00	
Empréstimos de Longo Prazo		580.000,00
Capital Social		600.000,00
Estoques	560.000,00	
Despesas Antecipadas de Curto Prazo	120.000,00	
Depreciação Acumulada		520.000,00
Despesas Gerais e Administrativas	570.000,00	
Contas a Pagar de Curto Prazo		240.000,00
Intangível	180.000,00	
Tributos sobre o Lucro a Recolher		165.000,00
Reservas de Lucro		270.000,00
Receitas Financeiras		95.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	950.000,00	
Participações Societárias Permanentes	330.000,00	
Despesas Financeiras	105.000,00	
Tributos sobre o Lucro	165.000,00	
Total	4.830.000,00	4.830.000,00

O lucro antes dos tributos sobre o lucro, na Demonstração de Resultado de 2017, equivaleu, em R\$, a

- a) 305.000,00.
- b) 355.000,00.
- c) 405.000,00.
- d) 455.000,00.
- e) 470.000,00.

Resolução:

Vamos analisar cada conta e responder à alternativa a seguir:

Contas	Saldos devedores	Saldos credores	Classificação
Caixa e Equivalentes Caixa	250.000,00		AC
Recebíveis a Curto Prazo	450.000,00		AC
Receita de Vendas		2.000.000,00	REC
Fornecedores		360.000,00	PC
Imobilizado	1.150.000,00		ANC
Empréstimos de Longo Prazo		580.000,00	PNC
Capital Social		600.000,00	PL
Estoques	560.000,00		AC
Despesas Antecipadas de Curto Prazo	120.000,00		AC
Depreciação Acumulada		520.000,00	ANC
Despesas Gerais e Administrativas	570.000,00		DESP
Contas a Pagar de Curto Prazo		240.000,00	PC
Intangível	180.000,00		ANC
Tributos sobre o Lucro a Recolher		165.000,00	PC
Reservas de Lucro		270.000,00	PL
Receitas Financeiras		95.000,00	REC
Custo das Mercadorias Vendidas	950.000,00		DESP
Participações Societárias Permanentes	330.000,00		ANC
Despesas Financeiras	105.000,00		DESP
Tributos sobre o Lucro	165.000,00		DESP

A questão solicita o valor do lucro antes dos tributos sobre o lucro, na DRE:

Receita de Vendas	2.000.000,00	REC
Custo das Mercadorias Vendidas	(950.000,00)	DESP
(=) Lucro Bruto	1.050.000,00	
Despesas Gerais e Administrativas	(570.000,00)	DESP
Receitas Financeiras	95.000,00	REC
Despesas Financeiras	(105.000,00)	DESP
(=) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	470.000,00	
Tributos sobre o Lucro	(165.000,00)	DESP
(=) Lucro Líquido	305.000,00	

Gabarito: Letra E.

11. Assinalar a alternativa que apresenta somente exemplos típicos de contas de resultado:

- Adiantamento de clientes, juros ativos.
- Caixa, fornecedores.
- Adiantamento a fornecedores, receita de vendas.
- Juros recebidos, aluguéis passivos.
- Juros a pagar, juros a receber.

Resolução:

As **contas de resultado** são representadas pelas **receitas e despesa**. Agora, vamos classificar as contas:

- Adiantamento de clientes (PASSIVO), juros ativos (**RECEITA**).
- Caixa (ATIVO), fornecedores (PASSIVO).
- Adiantamento a fornecedores (ATIVO), receita de vendas (**RECEITA**).
- Juros recebidos (**RECEITA**), aluguéis passivos (**DESPESA**).
- Juros a pagar (PASSIVO), juros a receber (ATIVO).

Gabarito: Letra D.

12. Uma empresa que adquiriu um equipamento industrial necessita calcular o valor de sua depreciação, considerando as seguintes informações fornecidas pela contabilidade:

- Bem: prensa hidráulica;
- Data da compra: 28 de junho de 2018;
- Valor do bem: R\$ 280.000,00;
- Custo adicional para colocar o bem em funcionamento: R\$ 25.000,00;
- Os engenheiros avaliaram sua vida útil em quinze anos;
- O valor residual estimado ao final da vida útil, também conhecido como valor realizável, será de 10% do custo total;
- O frete para transporte da máquina, que foi pago pelo vendedor, foi de R\$ 10% do valor da compra;
- A organização utiliza-se do método linear para cálculo da depreciação;
- Não há créditos tributários;
- Os procedimentos foram aplicados conforme CPC 27 (R3) e ICPC 10.

Nota: utilizar duas casas decimais para cálculo da depreciação, arredondando para cima a última casa.

Com base nessas informações, o resultado do cálculo do valor, em reais, da depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2018, bem como a depreciação do bem em uma base anual, são, correta e respectivamente,

- 7.500,00 e 15.000,00.
- 9.150,00 e 18.300,00.
- 10.083,33 e 20.166,67.



- d) 10.675,00 e 18.300,00.
- e) 11.100,00 e 22.200,00.

Resolução:

Informações importantes para a resolução do quesito:

Valor do bem: R\$ 280.000,00;

Custo adicional para colocar o bem em funcionamento: R\$ 25.000,00;

Os engenheiros avaliaram sua vida útil em quinze anos;

O valor residual estimado ao final da vida útil, também conhecido como valor realizável, será de 10% do custo total;

Prazo avaliado: 6 meses

Logo:

$R\$ 280.000,00 + R\$ 25.000,00 = R\$ 305.000,00$

Residual 10% = R\$ 30.500,00

Depreciação: $R\$ 305.000,00 - R\$ 30.500,00 = R\$ 274.500,00$

$274.500/15 = R\$ 18.300,00$

$18.300/12 = R\$ 1.525$, ao mês.

$R\$ 1.525,00 \times 6 = R\$ 9.150,00$

Resultado:

R\$ 9.150,00 depreciação em 6 meses

R\$ 18.300,00 depreciação acumulada

Gabarito: Letra B.**13. A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada como**

- a) amortização, nas hipóteses de obsolescência.
- b) exaustão, para bens aplicados na exploração de matas.
- c) amortização, quando se tratar de bens corpóreos do intangível.
- d) depreciação, quando o valor contábil do bem estiver zerado.
- e) amortização, para direitos com existência de duração ilimitada.

Resolução:

Vejamos o disposto na Lei 6404/76:

Art. 183 § 2o A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

*a) **depreciação**, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;*

*b) **amortização**, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração **limitada**, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;*

*c) **exaustão**, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.*

Analisando os itens:

a) amortização, nas hipóteses de obsolescência.

INCORRETO. Nesta situação, se utiliza a depreciação.

b) exaustão, para bens aplicados na exploração de matas.

CORRETO. Perfeito, a exaustão é utilizada na exploração dos recursos florestais.



c) amortização, quando se tratar de bens ~~corpóreos~~ do intangível.

INCORRETO. Utiliza-se a amortização para bens **incorpóreos**.

d) ~~depreciação, quando o valor contábil do bem estiver zerado.~~

INCORRETO. Quando o valor contábil estiver zerado, não há depreciação.

e) amortização, para direitos com existência de duração ~~ilimitada.~~

INCORRETO. Na verdade, utiliza-se a amortização para direitos com duração **limitada**.

Gabarito: Letra B.

14. Analise os seguintes dados:

Valor compra da máquina R\$ 500.000,00;

Depreciação da máquina R\$ 300.000,00;

A entidade para vender este bem por 230.000,00 (preço justo), terá um custo de venda de 50.000,00;

Se continuasse utilizando-o no processo produtivo, seria capaz de produzir:

1º ano 3.000 unidades

2º ano 3.000 unidades

3º ano 2.000 unidades

4º ano 2.000 unidades

A previsão para perda por desvalorização da máquina informada acima, conforme norma Brasileira de Contabilidade (NBC – TE1R3) é de:

a) R\$ 40.000,00

b) R\$ 10.000,00

c) R\$ 20.000,00

d) R\$ 30.000,00

e) R\$ 50.000,00

Resolução:

Para resolvermos as questões referente ao **teste de recuperabilidade**, vamos seguir os 3 passos

1) Tipo de Bem e o Valor Contábil

Ativo Imobilizado (MÁQUINA)

Valor de Aquisição.....500.000

(-) Depreciação Acumulada.....(300.000)

= **Valor Contábil.....200.000 * (ANTES do teste de recuperabilidade)**

2) Achar o Valor Recuperável (VR)

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade!

De acordo com o CPC 01, o valor recuperável é:

6. Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **maior montante** entre o seu **valor justo líquido de despesa de venda** e o seu **valor em uso**.

Valor em Uso = O Valor Justo Líquido das Despesas de Venda = 230.000 - 50.000 = **180.000 (VALOR RECUPERÁVEL)**

3) Ocorre uma Perda ou Não?

Para verificar se o bem está desvalorizado, o CPC 01 diz que:

8. O ativo está desvalorizado quando seu **valor contábil excede** seu **valor recuperável**. (...)

Então, infere-se que se o:

VC > VR = Perda por Desvalorização VC < VR = Não faz nenhum registro

Portanto, identifica-se uma **perda por desvalorização** no valor de **20.000** (o valor contábil **200.000** está **maior** que o **valor recuperável 180.000**).

→ **Conclusão: Perda por Desvalorização.....20.000**

Gabarito: Letra C.

15. Em 02/01/2018, a alta direção de uma empresa decidiu fazer uma reestruturação, extinguindo uma de suas linhas de negócios.

Assinale a opção que indica os custos que podem ser incluídos na provisão para a reestruturação dessa empresa.

- a) Os gastos com marketing.
- b) O investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- c) Os gastos com o novo treinamento da equipe que permanece na empresa após o processo.
- d) As despesas com o remanejamento da equipe que permanece na empresa após o processo.
- e) O valor da indenização da equipe que não permanece na empresa após o processo.

Resolução:

O valor da indenização da equipe que não permanece na empresa após o processo são **desembolso diretos** decorrentes da reestruturação. Esse desligamento da equipe é ocasionado pela reestruturação e não ter relação com as atividades em andamento da empresa. Logo, esse valor **fará parte** da provisão para reestruturação.

O CPC 25 exemplifica os itens que **NÃO farão** parte do custo, como segue abaixo:

81. A **provisão para reestruturação NÃO INCLUI** custos como:

- (a) **novo treinamento (LETRA C)** ou **remanejamento** da **equipe permanente (LETRA D)**;
- (b) **marketing**; ou **(LETRA A)**
- (c) **investimento em novos sistemas e redes de distribuição. (LETRA B)**

Esses desembolsos relacionam-se com a **conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço**. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Gabarito: Letra E.

16. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Em relação aos aspectos relativos à Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Dentre os itens demonstrados na DMPL podem-se citar os ajustes de exercícios anteriores.
- II A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- III A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- a) V, V e V.
- b) F, V e V.
- c) V, V e F.
- d) V, F e F.
- e) F, V e F.

Resolução:

Vejamos as assertivas:

I Dentre os itens demonstrados na DMPL podem-se citar os ajustes de exercícios anteriores.

CORRETO.

1 - Itens que afetam o patrimônio total:

- a) acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício;
- b) redução por dividendos;
- c) Acréscimo por reavaliação de ativo;
- d) acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos;
- e) acréscimo por subscrição e integralização de capital;
- f) acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal;
- g) acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- h) acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures;
- i) redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda;

j) acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores.

II A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

CORRETO.

De acordo com o MCASP: A DMPL permite, dentre outras coisas, avaliar a evolução dos itens que compõem o patrimônio líquido, em complemento ao Anexo de Metas Fiscais integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

III A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

CORRETO.

De acordo com a lei 6.404/76:

Obrigatória para as empresas estatais dependentes sob a forma de sociedades anônimas. Facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

Gabarito: Letra A.

17. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pode ser elaborada pelo método direto e pelo método indireto, sendo a diferença existente entre eles a elaboração dos fluxos operacionais, uma vez que os fluxos de caixa de financiamento e investimento são apurados da mesma forma.

Na elaboração da DFC pelo método indireto, ou método da reconciliação, os recursos monetários das atividades operacionais são demonstrados pela adição de despesas ou exclusão de receitas, que não representam saídas ou entradas de dinheiro, respectivamente, ao lucro

- a) antes das despesas financeiras líquidas
- b) antes do imposto de renda
- c) bruto
- d) líquido do exercício
- e) operacional

Resolução:

No **método indireto**, a empresa precisará **ajustar** o **resultado líquido (lucro ou prejuízo líquido do exercício)**, conforme o CPC 03.

20. De acordo com o **método indireto**, o **fluxo de caixa líquido** advindo das **atividades operacionais** é determinado **ajustando** o **lucro líquido ou prejuízo** quanto aos efeitos de:



- a) **variações** ocorridas no período nos **estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar**;
- b) itens que **não afetam o caixa**, tais como **depreciação**, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e **resultado de equivalência patrimonial** quando aplicável; e
- c) todos os outros **itens tratados** como fluxos de caixa advindos das **atividades de investimento e de financiamento**.

Gabarito: Letra D.

18. Determinada Empresa denominada SORRISO S/A efetuou as seguintes operações em 2017:

- Receita de vendas: R\$ 100.000,00;
- Custo das mercadorias vendidas: R\$ 50.000,00;
- Despesas com depreciação: R\$ 1.000,00;
- Despesa de salários de funcionários da empresa: R\$ 20.000,00;
- Despesa de aluguel: R\$ 6.000,00.

Sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados, no ano de 2017, foi R\$ 10.000,00. Com base nessas informações, o Valor Adicionado Bruto produzido pela Empresa SORRISO S/A e evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado – DVA –, no ano de 2017, em reais, foi

- a) R\$ 50.000,00.
b) R\$ 49.000,00.
c) R\$ 40.000,00.
d) R\$ 29.000,00.
e) R\$ 23.000,00.

Resolução:

O examinador pede o **Valor Adicionado Bruto**. Observe a estrutura da DVA para entender:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
1-RECEITAS	
1.1)	Vendas de mercadoria, produtos e serviços
1.2)	Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)
1.3)	Não operacionais
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1)	Matérias-Primas consumidas
2.2)	Custos das mercadorias e serviços vendidos
2.3)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.4)	Perda/Recuperação de valores ativos
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1)	Depreciação, amortização e exaustão
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1)	Resultado de equivalência patrimonial
6.2)	Receitas financeiras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1)	Pessoal e encargos
8.2)	Impostos, taxas e contribuições
8.3)	Juros e aluguéis
8.4)	Juros s/ capital próprio e dividendos
8.5)	Lucros retidos / prejuízo do exercício

Vamos analisar todos os itens para entender o que irá compor o cálculo do Valor Adicionado Bruto:

• **Receita de vendas: R\$ 100.000,00;**

A receita de vendas entra no cálculo. Nesta demonstração, devemos considerar o valor da venda incluindo os impostos sobre ela, ou seja, trata-se da Receita Bruta. Como o examinador não menciona que é uma Receita Líquida, vamos considerá-la como bruta.

• **Custo das mercadorias vendidas: R\$ 50.000,00;**

Quando examinador traz o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), entende-se que ele está líquido dos impostos. Porém, como ocorre com a receita, na DVA devemos utilizar o valor bruto, sem deduzir os impostos. Portanto, iremos somar ao CMV os **impostos recuperáveis** que o examinador traz no enunciado no valor de **R\$ 10.000,00**.

• **Despesas com depreciação: R\$ 1.000,00;**

A depreciação é contabilizada na DVA, porém ela entra como Retenções após o Valor Adicionado Bruto (vide estrutura da DVA).

• **Despesa de salários de funcionários da empresa: R\$ 20.000,00;**

Os gastos com funcionários também são considerados no cálculo da DVA. Todavia, entra na Distribuição do Valor Adicionado (vide estrutura da DVA).

• **Despesa de aluguel: R\$ 6.000,00.**

A despesa de aluguel também compõe a Distribuição do Valor Adicionado (vide estrutura da DVA).

1-RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	R\$ 100.000,00
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	-
1.3) Não operacionais	-
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-Primas consumidas	-
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos	R\$ 60.000,00
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	R\$ 40.000,00

Gabarito: Letra C.

19. As notas explicativas, segundo o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, devem:

Apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das _____ contábeis específicas utilizadas;

Divulgar a informação _____ pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis;

Prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja _____ para sua compreensão.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- a) estimativas – requerida – relevante
- b) políticas – requerida – oportuna
- c) estimativas – exigida – oportuna
- d) políticas – requerida – relevante
- e) políticas – oportuna – requerida

Resolução:

As **notas explicativas** fazem parte do **conjunto completo das demonstrações contábeis (CPC 26)** e, de acordo com a **Lei 6.404/76, complementam** os demonstrativos contábeis. **NBC TG 26 (R5)**

112. As **notas explicativas** devem:

- a) apresentar informação acerca da **base para a elaboração** das demonstrações contábeis e das **políticas contábeis específicas** utilizadas de acordo com os itens 117 a 124;
- b) divulgar a informação **requerida** pelas normas, interpretações e comunicados técnicos que **não tenha sido apresentada** nas demonstrações contábeis; e
- c) prover **informação adicional** que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja **relevante** para sua compreensão.

Gabarito: Letra D.

20. Em 15/12/2017, uma empresa realizou uma venda a prazo no valor total de US\$ 300.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 15/12/2017 era R\$ 3,00/US\$, em 31/12/2017 era R\$ 3,50/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de dezembro de 2017 foi R\$ 3,20/US\$, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2017, uma Receita de Vendas de

- a) R\$ 900.000,00 e Receita Financeira de R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 1.050.000,00, apenas.
- c) R\$ 960.000,00, apenas.
- d) R\$ 960.000,00 e Receita Financeira de R\$ 90.000,00.
- e) R\$ 900.000,00 e Receita Financeira de R\$ 150.000,00.

Resolução:

De acordo com o **Pronunciamento técnico contábil 02** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, temos o seguinte:

Em relação ao **reconhecimento inicial** da venda a prazo:

21. Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a **aplicação da taxa de câmbio à vista** entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira

Após o reconhecimento inicial, isto é, **término de cada período de reporte**, o CPC 02 traz as seguintes diretrizes para o reconhecimento da operação no balanço. Como estamos diante de um **item monetário** (Clientes - venda a prazo), o item 8 determina a seguinte diretriz:

8. Itens monetários são unidades de moeda mantidas em caixa e ativos e passivos a serem **recebidos ou pagos** em um número fixo ou determinado de unidades de moeda

23. Ao término de cada período de reporte:

(a) os **itens monetários** em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a **taxa de câmbio de fechamento**;

Dessa forma:

1) Reconhecimento inicial = Taxa de câmbio histórica:

D Clientes 900.000 (= US\$ 300.000 x R\$ 3,00/US\$)

C Receita de vendas 900.000

2) Reconhecimento no término do tempo de reporte de 31/12/2017 = Taxa de câmbio de fechamento

Clientes: US\$ 300.000 x R\$ 3,50/US\$ = 1.050.000



Observe que o **valor atual supera em 150.000 o valor do reconhecimento inicial**, essa diferença corresponderá a uma **receita financeira** no período

D Clientes 1.050.000

C Receita de vendas 900.000

C Receita Financeira 150.000

Portanto, a empresa reconheceu, no mês de dezembro de 2017, uma **Receita de Vendas** de R\$ 900.000,00 e **Receita Financeira** de R\$ 150.000,00.

Gabarito: Letra E.

21. Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma Sociedade Comercial, está CORRETO o que se afirma em:

- a) A integralização de capital, com a entrega de um terreno, é apresentada simultaneamente como caixa consumido na atividade de investimento e caixa gerado na atividade de financiamento.
- b) Na liquidação de um empréstimo obtido, o pagamento dos juros pode ser classificado como atividade operacional ou de financiamento, mas o principal da dívida deve ser classificado como atividade de financiamento.
- c) O lucro líquido é apresentado como componente da atividade operacional quando a Demonstração do Fluxo de Caixa é elaborada pelo método direto.
- d) O pagamento de parcela de arrendamento mercantil financeiro, realizado pelo arrendatário, deve ser classificado na atividade operacional.

Resolução:

A questão trata da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). A DFC é tratada pelo CPC 03. Ele diz o seguinte a respeito das informações veiculadas nesse demonstrativo:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

O objetivo principal dessa demonstração é evidenciar as variações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa de uma entidade em determinado período. Ela é dividida em três tipos de atividades: fluxo de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimentos e das atividades de financiamentos e pode ser elaborada pelo método direto ou indireto. A diferença se dá, basicamente, pela apuração do fluxo de caixa pela atividade operacional. Pelo método direto, parte-se diretamente da conta caixa e pelo método indireto, partimos do lucro líquido do exercício e fazemos os ajustes pelas receitas e despesas da DRE que não afetam o caixa da empresa e que não fazem parte do fluxo operacional. O fluxo de Investimento e Financiamento, pelos dois métodos, é igual.

As **atividades operacionais** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e nem de financiamento. A compra e venda de mercadorias são os principais exemplos.

As **atividades de investimento** são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. A compra e venda de ativo imobilizado são exemplos dessa atividade.

As **atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Como exemplo, temos a

integralização de capital pelos sócios da entidade ou captação de empréstimos com bancos. Dito isso, vejamos as alternativas propostas pela banca:

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma Sociedade Comercial, está **CORRETO** o que se afirma em:

a) A integralização de capital, com a entrega de um terreno, é apresentada simultaneamente como caixa consumido na atividade de investimento e caixa gerado na atividade de financiamento.

Alternativa errada. A integralização de capital é atividade de financiamento. Nesse caso, o capital foi integralizado com um terreno, não sendo uma movimentação positiva de caixa da entidade. Dessa forma, ela é classificada apenas como consumo de caixa da atividade de financiamento.

b) Na liquidação de um empréstimo obtido, o pagamento dos juros pode ser classificado como atividade operacional ou de financiamento, mas o principal da dívida deve ser classificado como atividade de financiamento.

Alternativa correta. Temos duas visões possíveis para os juros pagos pela captação de empréstimos. Podem ser classificados como atividade operacional, pois eles entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo do exercício. Podem, também, ser classificados como atividade de financiamento porque são custos de obtenção de recursos financeiros pela entidade. O CPC 03 encoraja que as entidades classifiquem os juros pagos ou recebidos como fluxo de caixa operacional. Caso faça a classificação em atividade financiamento (juros pagos) ou atividade de investimento (juros recebidos), deve-se evidenciar esse fato em nota explicativa.

c) O lucro líquido é apresentado como componente da atividade operacional quando a Demonstração do Fluxo de Caixa é elaborada pelo método direto.

Alternativa errada. Como vimos, o lucro líquido é utilizado na elaboração da DFC pelo método indireto.

d) O pagamento de parcela de arrendamento mercantil financeiro, realizado pelo arrendatário, deve ser classificado na atividade operacional.

Alternativa errada. O pagamento da parcela do arrendamento mercantil financeiro (algo semelhante a um financiamento de um bem) é classificado como atividade de financiamento.

Gabarito: Letra B.

22. Considere as contas a seguir:

- 1 – Salários
- 2 – Vendas
- 3 – Estoques
- 4 – Seguros a vencer
- 5 – Depreciação
- 6 – Aluguéis

São contas de resultado as seguintes:

- a) 1, 2 e 4.
- b) 1, 2, 5 e 6.
- c) 1, 2, 3 e 6.
- d) 1, 3, 5 e 6.
- e) 1, 4, 5 e 6.

Resolução:

Há diversos critérios utilizados para classificação das contas contábeis. Esses critérios são chamados, mais comumente, de "Teoria das Contas". As Teorias mais difundidas nesse sentido são: personalista, materialista e a **patrimonialista**.

A nossa questão versa sobre a última teoria acima mencionada (patrimonialista). Para essa Teoria, as contas podem ser divididas em dois grupos: contas **patrimoniais** e contas de **resultado**.

As **contas patrimoniais** são aquelas que representam os **bens**, os **direitos**, as **obrigações** e o **patrimônio líquido**. Dividem-se em ativas e passivas e são elas que representam o patrimônio da empresa num dado momento, por meio do Balanço Patrimonial.

Já as **contas de resultado** dividem-se em contas de **despesas** e contas de **receitas**. Aparecem durante o exercício social, encerrando-se ao final dele. Não fazem parte do Balanço Patrimonial, mas é por meio delas que ficaremos sabendo se a empresa apresentou lucro ou prejuízo no desenvolvimento de suas atividades.

Retomando a questão, o examinador quer as contas de resultado, isto é, as que representam despesas ou receitas. Vejamos:

- 1 – **Salários: despesa**. Não confundir com "salários a pagar" (obrigações).
- 2 – **Vendas: Receita**. Não confundir com "vendas a receber", que equivale a "clientes".
- 3 – Estoques: bem. Conta patrimonial.
- 4 – Seguros a vencer: direito. Conta patrimonial.
- 5 – **Depreciação: despesa**. Representa redução (consumo) do ativo imobilizado. Não confundir com "depreciação acumulada".
- 6 – **Aluguéis: despesa**. Não confundir com "aluguéis a pagar", que é obrigação.

Gabarito: Letra B.**23. A contabilidade como ciência do patrimônio é concepção da escola contábil**

- a) aziendalista.
- b) patrimonialista.
- c) contista.
- d) personalista.
- e) controlista.

Resolução:

Esse tipo de questão não é comum aparecer em provas, porém quando aparece quase sempre se restringe à:

- Escola Patrimonialista ou Escola Personalista.

a) aziendalista.

Errado: Não foca o Patrimônio, pode-se resumir as contribuições desta escola em:

1. A teoria contábil deveria ser capaz de **interpretar os acontecimentos ligados a vida da entidade e demonstrar a formação do resultado e suas relações com os fatos administrativos** e com todo o contexto em que a entidade está inserida.
2. **O resultado** era considerado o mais importante fenômeno econômico de uma entidade.
3. **O conhecimento e demonstração do resultado** da gestão empresarial representava o principal **objetivo da contabilidade**.

b) patrimonialista.

Correto: Aqui sim, o foco é o **Patrimônio**, todos os autores se propõem a mesma linha de pensamento, vamos apresentar um dos pensamentos, veja:

Hilário Franco (FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997.):

*A Contabilidade é a **ciência que estuda os fenômenos ocorridos no Patrimônio das entidades**, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação.*

- Pela teoria patrimonialista, as contas podem ser divididas em dois grandes grupos, a saber:

A) Contas patrimoniais: Representam as contas de ativo, passivo e patrimônio líquido.

B) Contas de resultado: Representam as receitas e despesas.

c) contista.

Errado: A escola Contista – destaca-se como a primeira linha de pensamento contábil. A Contabilidade deveria se preocupar em especial com o **processo de escrituração** e com as **técnicas do registro por meios do sistema de contas**.

d) personalista.

Errado: Teoria Personalista podem ser representadas por **pessoas** com as quais são mantidas relações jurídicas, ou seja, que se relacionam com a entidade em termos de débito e crédito. Segundo a teoria personalista, temos três tipos de pessoas:

1. proprietários: PL + Despesa + Receita
2. Correspondentes: Direitos + Obrigações
3. Consignatários: Bens da empresa inclusive caixa, bens Tangíveis e Intangíveis

e) controlista.

Errado: considerava que o controle econômico se compunha de duas partes: **uma responsável pelo registro contábil dos momentos** da administração econômica **e sua efetivação por meio de escrituração** e a outra **representava a revelação das partidas dobradas dos fatos administrativos** em conexão com os critérios organizacionais articulados de acordo com os mecanismos de controle inerentes à escrituração contábil.

Gabarito: Letra B.

24. No balancete de verificação de determinada companhia, constam as seguintes contas: capital a integralizar; créditos a receber de diretores — transações não recorrentes; custo das mercadorias vendidas; debêntures conversíveis em ações; depreciação acumulada de imóveis de uso; descontos financeiros concedidos; férias a pagar; marcas e patentes; reservas de lucros a realizar; e vendas de sucatas (líquidas do ICMS).

Considerando essas contas, assinale a opção correta.

- a) Das contas apresentadas, cinco são de resultado e cinco são patrimoniais, e, destas, duas são redutoras.
- b) Debêntures conversíveis em ações, férias a pagar e reserva de lucros a realizar são contas patrimoniais que representam origens de recursos para a entidade.
- c) Os saldos das contas capital a integralizar, créditos a receber de diretores — transações não recorrentes, marcas e patentes e vendas de sucatas (líquidas de ICMS) aumentam por lançamentos a débito.
- d) A conta férias a pagar representa obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, de cuja liquidação espera-se como resultado a saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- e) As contas custo das mercadorias vendidas, depreciação acumulada de imóveis de uso e descontos financeiros concedidos reduzem o resultado do exercício.

Resolução:

A questão pede para analisarmos as contas arroladas no enunciado segundo as **classificações pedidas nas alternativas**. Por isso, antes de vê-las, irei classificar as contas:

<i>Capital a integralizar</i>	Retificador PL	Devedora	Patrimonial
<i>Créditos a receber de diretores – transações não recorrentes</i>	ARLP ANC	Devedora	Patrimonial
<i>Custo das mercadorias vendidas</i>	Despesa	Devedora	Resultado
<i>Debêntures conversíveis em ações</i>	PNC	Credora	Patrimonial
<i>Depreciação acumulada de imóveis de uso</i>	Retificadora ANC	Credora	Patrimonial
<i>Descontos financeiros concedidos</i>	Despesa	Devedora	Resultado
<i>Férias a pagar</i>	PC	Credora	Patrimonial
<i>Marcas e patentes</i>	Intangível ANC	Devedora	Patrimonial
<i>Reservas de lucros a realizar</i>	PL	Credora	Patrimonial
<i>Vendas de sucatas</i>	Receita	Credora	Resultado

Agora já temos subsídios para analisar cada alternativa:

a) Das contas apresentadas, ~~cinco~~ são de resultado e ~~cinco~~ são patrimoniais, e, destas, duas são redutoras.

ERRADO: existem 3 de resultado, 7 patrimoniais e 2 retificadoras

b) Debêntures conversíveis em ações, férias a pagar e reserva de lucros a realizar são contas patrimoniais que representam origens de recursos para a entidade.

CERTO: São contas de origens de recursos aquelas que ficam no lado direito balanço, isto é: Contas do passivo e do PL. Dessa forma, como Debêntures conversíveis em ações e férias a pagar são do passivo, e reserva de lucros a realizar faz parte do PL, essas contas pertencerão à origem de recursos.

c) Os saldos das contas capital a integralizar, créditos a receber de diretores – transações não recorrentes, marcas e patentes e ~~vendas de sucatas (líquidas de ICMS)~~ aumentam por lançamentos a débito.

ERRADO: vendas de sucatas tem natureza credora, por ser uma receita. Assim, não se aumenta pelo débito, mas sim pelo crédito

d) A conta férias a pagar representa obrigação ~~futura~~ da entidade, derivada de eventos passados, de cuja liquidação espera-se como resultado a saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

ERRADO: Como a conta "férias a pagar" é um passivo, conforme o CPC 00, ela será uma obrigação PRESENTE da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

e) As contas custo das mercadorias vendidas, ~~depreciação acumulada de imóveis~~ de uso e descontos financeiros concedidos reduzem o resultado do exercício.

ERRADO: O resultado da entidade só é alterado por contas de resultado, ou seja: receitas e despesas. Contudo, depreciação acumulada é uma conta patrimonial, não afetando o resultado da entidade.

Gabarito: Letra B.

25. Uma determinada fábrica de produção não deu prioridade às medidas de segurança contra incêndio exigidas pelo Corpo de Bombeiros. Assim, houve um incêndio e o fogo destruiu parte da fábrica. Porém, certos registros contábeis, mantidos em outra repartição, revelaram o período de 1º de janeiro a 26 de fevereiro de 2019:

Materiais Diretos Comprados R\$ 40.000,00

Materiais Diretos 01/01/2019 R\$ 20.000,00

Custos Indiretos de Fabricação R\$ 27.000,00

Mão de Obra Direta 40% do custo de conversão

Custos Primários Utilizados no Período R\$ 50.000,00

Para saber o custo histórico dos estoques para a estimativa de financiamento, considerando os dados fornecidos anteriormente, é correto afirmar que o valor do estoque de materiais diretos em 26/02/2019 é de

a) R\$ 10.000,00.

b) R\$ 18.000,00.

c) R\$ 28.000,00.

d) R\$ 33.000,00.

Resolução:

A questão solicita o valor do **estoque final**. Portanto, calcularemos utilizando a fórmula:

$$\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Consumo} = \text{Estoque Final}$$

Temos o valor do estoque inicial e das compras, porém teremos que calcular quanto foi consumido no período.

A banca informa os **custos primários do período**, que correspondem à soma da matéria-prima com a mão de obra direta:

$$\begin{aligned}\text{Custos Primários (CP)} &= \text{MP} + \text{MOD} \\ 50.000 &= \text{MP} + \text{MOD}\end{aligned}$$

A banca também informa que o custo da mão de obra direta corresponde a 40% do custo de conversão. O custo de conversão (ou de fabricação) corresponde aos custos dos esforços da própria empresa, sem contar os materiais adquiridos prontos, ou seja, são os custos de produção menos a matéria-prima. Portanto:

$$\text{Custo de Conversão ou de Transformação (CT)} = \text{CIF} + \text{MOD}$$

$$\text{CT} = 27.000 + 0,4 \text{ CT}$$

$$0,6 \text{ CT} = 27.000$$

$$\text{CT} = 27.000/0,6$$

$$\text{CT} = \text{R\$ 45.000,00}$$

Como a mão de obra direta corresponde a 40% dos custos de transformação, teremos:

$$\text{MOD} = 40\% \times 45.000$$

$$\text{MOD} = \text{R\$ 18.000,00}$$

Agora, aplicando esse valor que encontramos na fórmula acima dos custos primários, temos:

$$\text{CP} = \text{MP} + \text{MOD}$$

$$50.000 = \text{MP} + 18.000$$

$$\text{MP} = \text{R\$ 32.000,00}$$

O consumo de matéria-prima portanto foi de R\$ 32.000,00. Agora, podemos simplesmente aplicar esse valor na nossa fórmula dos estoques inicial e final acima:

Estoque Inicial + Compras - Consumo = Estoque Final

$$20.000 + 40.000 - 32.000 = EF$$

Estoque Final = R\$ 28.000,00

Portanto, o estoque de materiais diretos em 26/02/2019 é de R\$ 28.000,00, confirmando o gabarito da banca (letra C).

Gabarito: Letra C.

26. A missão da controladoria é assegurar a otimização do resultado econômico da organização, com a responsabilidade de tornar as informações úteis para breves ou futuras e importantes mudanças no cenário empresarial. Em organizações descentralizadas, grande parte do poder na tomada de decisão está nas subunidades. Nesses casos, o sistema de controle gerencial frequentemente usa preços de transferência para coordenar as ações das subunidades e avaliar o desempenho. A empresa Computadores MMX Ltda., com matriz em São Francisco, fabrica e vende computadores. Ela conta com três divisões, cada uma delas localizada em um país diferente:

- Divisão da China – fabrica componentes de memória e teclados;
- Divisão da Coreia do Sul – monta os computadores usando peças fabricadas internamente e componentes de memória e teclados da divisão da China; e,
- Divisão dos Estados Unidos – embala e distribui os computadores.

Cada divisão é operada como um centro de lucro. Os dados para o trabalho feito em cada divisão para um único computador são:

	Divisão da China	Divisão da Coreia do Sul	Divisão dos Estados Unidos (valores já convertidos para Real)
Custo variável	1.600 yuan	300.000,00 won	R\$ 150
Custo fixo por unidade	2.000 yuan	450.000,00 won	R\$ 250
Alíquota do imposto de renda sobre o lucro das operações	40%	20%	30%
Preço de transferência com base no mercado	5.000 yuan (China para Coreia do Sul)	1.800.000 won (Coreia do Sul para os Estados Unidos)	R\$ 2.400 (preço de venda às lojas de varejo)
Taxas de câmbio	8 yuan = R\$ 1 Real	1.500 won = R\$ 1 Real	

Considerando o resultado das três divisões, o valor total do lucro líquido por unidade de computadores da empresa Computadores MMX Ltda. será

- R\$ 725,00.
- R\$ 890,00.
- R\$ 935,00.
- R\$ 1.050,00.

Resolução:

Considerando o resultado das três divisões, o valor total do lucro líquido por unidade de computadores da empresa Computadores MMX Ltda. Será

- R\$ 725,00.

ALTERNATIVA CORRETA. Apesar de não dizer expressamente, a questão solicita de nós o lucro líquido em moeda nacional, isto é, em reais (R\$). Como são três divisões internacionais e cada



uma delas é tratada como centro de custo e lucro independente umas das outras, a apuração será feita individualmente por unidade, fazendo-se a conversão com base na taxa de câmbio apresentada pela questão.

Como é a unidade da China que inicia a cadeia produtiva (pelos componentes de memória e teclados), vamos começar por ela, lembrando que iremos converter a moeda da unidade para real, com base na taxa de câmbio apresentada.

Divisão (1ª etapa da cadeia produtiva)	China (em real)
Fator Câmbio	1/8
Preço de Transferência (de venda)	R\$ 625,00
(-) Custo Variável por unidade	-R\$ 200,00
(-) Custo Fixo por unidade	-R\$ 250,00
(-) Imposto de Renda de 40%	-R\$ 70,00
(=) Lucro Líquido por unidade	R\$ 105,00

Havendo a transferência dos componentes de memória e teclados para a unidade da Coreia do Sul, devemos embutir os custos apurados na China nesta nova unidade, conforme abaixo:

Divisão (2ª etapa da cadeia produtiva)	Coreia do Sul (em real)
Fator Câmbio	1/1500
Preço de Transferência (de venda)	R\$ 1.200,00
(-) Transferência da unidade da China	-R\$ 625,00
(-) Custo Variável por unidade	-R\$ 200,00
(-) Custo Fixo por unidade	-R\$ 300,00
(-) Imposto de Renda de 20%	-R\$ 15,00
(=) Lucro Líquido por unidade	R\$ 60,00

Por fim, considerando que a unidade dos Estados Unidos é a responsável por embalar e distribuir os computadores já produzidos, sendo considerada a última da cadeia produtiva, devemos agregar aos seus custos as operações anteriores. No caso, como as operações da Coreia do Sul já embutiram os valores das operações iniciais da China, na unidade dos EUA basta utilizarmos os preços de transferência da operação anterior, isto é, da Coreia do Sul, conforme podemos visualizar abaixo:

Divisão (3ª etapa da cadeia produtiva)	EUA (em real)
Fator Câmbio	já convertido
Preço de Transferência (de venda)	R\$ 2.400,00
(-) Transferência da unidade da Coreia do Sul	-R\$ 1.200,00
(-) Custo Variável por unidade	-R\$ 150,00
(-) Custo Fixo por unidade	-R\$ 250,00
(-) Imposto de Renda de 30%	-R\$ 240,00
(=) Lucro Líquido por unidade	R\$ 560,00

O resultado líquido do total da cadeia produtiva será dado, portanto, pelo somatório dos lucros apurados em todas as três etapas da cadeia produtiva (China, Coreia do Sul e Estados Unidos), cujo **total será de R\$ 725,00**.

Gabarito: Letra A.

27. A Companhia BETA fabrica um único tipo de produto e apresentou as seguintes informações em determinado período:

- Quantidade Produzida: 16.000 unidades;
- Custos Variáveis: R\$ 200.000,00;
- Custos Fixos: R\$ 120.000,00;
- Despesas Variáveis: R\$ 70.000,00;
- Despesas Fixas: R\$ 30.000,00;
- Quantidade Vendida: 11.000 unidades; e,
- Preço de Venda Unitário: R\$ 35,00.

De acordo com as informações anteriores e considerando o custeio por absorção, assinale a alternativa correspondente ao Resultado Bruto e ao Resultado Líquido do Período, respectivamente.

- a) R\$ 165.000,00; R\$ 27.500,00.
- b) R\$ 165.000,00; R\$ 65.000,00.
- c) R\$ 177.500,00; R\$ 27.500,00.
- d) R\$ 177.500,00; R\$ 65.000,00.

Resolução:

Pelo **método de custeio por absorção**, são apropriados aos produtos os **custos fixos e variáveis**. A banca informa que a Companhia BETA teve custos variáveis de R\$ 200.000,00 e custos fixos de R\$ 120.000,00. Como a quantidade produzida foi 16.000 unidades, o **custo unitário do produto** foi:

$$\frac{\text{Custos Fixos} + \text{Custos Variáveis}}{\text{Quantidade Produzida}} = \frac{200.000 + 120.000}{16.000} = \frac{320.000}{16.000} = \text{R\$ } 20,00$$

O **Resultado Bruto** corresponde ao valor da **Receita de Vendas** subtraído do **Custo do Produto Vendido**.

O **Preço de Venda Unitário** corresponde a R\$ 35,00. Como a empresa vendeu 11.000 unidades, temos uma receita de vendas de R\$ 385.000,00 ($35 \times 11.000 = 385.000$). Por sua vez, o **CPV** será R\$ 220.000,00 (20×11.000).

Dessa forma, o Resultado Bruto será:

Receita de Vendas: R\$ 385.000,00
(-) CPV: R\$ 220.000,00
(=) Resultado Bruto: R\$ 165.000,00

Temos, portanto, duas alternativas possíveis (A e B). Então, vamos calcular o **Resultado Líquido do Período**, que corresponde ao Resultado Bruto, menos as despesas do período:

Resultado Bruto: R\$ 165.000,00
(-) **Despesas Fixas:** R\$ 30.000,00
(-) **Despesas Variáveis:** R\$ 70.000,00
(=) Resultado Líquido do Período: R\$ 65.000,00

Assim, o Resultado Bruto foi R\$ 165.000,00 e o Resultado Líquido foi R\$ 65.000,00.

Gabarito: Letra B.

28. No mês de fevereiro de 2018, foi iniciada a produção de 5.000 unidades de um determinado produto, na empresa "Bem Aventurança S/A". Ao final do mês, 4.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 50%. O custo total de produção do período foi de R\$ 900.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados e o Custo de Produção dos Produtos em Processo são, respectivamente:

- a) R\$ 800.000,00 e R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 720.000,00 e R\$ 180.000,00.
- c) R\$ 900.000,00 e R\$ 0,00.
- d) R\$ 900.000,00 e R\$ 100.000,00.

Resolução:

Questão que versa sobre equivalente de produção. Reparemos que 4.000 unidades foram concluídas e 1.000 ficaram pela metade, ou seja "percentual de conclusão das unidades em processo é de 50%".

Ora: mil unidades concluídas em 50% EQUIVALEM a 500 unidades concluídas 100%. Então, temos um equivalente de produção de 4.500 unidades concluídas (4.000 + 500).

Dividindo o custo da produção do período por este equivalente, vamos ter o custo da unidade concluída:

$$Cun = CT/EP$$

$$Cun = 900.000/4.500$$

$$Cun = 200$$

Multiplicamos este custo unitário pelo total de unidades concluídas e temos o custo da produção acabada:

$$CPA = 200 \times 4.000$$

$$CPA = 800.000$$

Por fim, o restante é o custo dos produtos em processo:

$$CPP = 100.000$$

Gabarito: Letra A.

29. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as características qualitativas da informação incluída nos relatórios contábeis de propósito geral são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Assinale a alternativa correta em relação a uma das características qualitativas da informação.

- a) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração em diferentes períodos na entidade.
- b) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- c) A compreensibilidade implica que uma informação complexa e de difícil entendimento para usuários com conhecimento técnico e que conhecem as atividades da entidade deve ser excluída dos relatórios contábeis de propósito geral.
- d) A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos relatórios contábeis de propósito geral elaborados para aquele exercício.

Resolução:

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual



a) A comparabilidade se refere à utilização dos ~~mesmos princípios ou políticas contábeis~~ e da mesma base de elaboração em diferentes períodos na entidade.

ERRADO: Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos

b) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

CERTO: Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

c) A compreensibilidade implica que uma ~~informação complexa e de difícil entendimento~~ para usuários com conhecimento técnico e que conhecem as atividades da entidade deve ser excluída dos relatórios contábeis de propósito geral.

ERRADO: compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado

d) A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos relatórios contábeis de propósito geral elaborados para aquele exercício.

ERRADO: **características qualitativas da informação** incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. A **materialidade**, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado são, na verdade, **restrições inerentes à informação**.

Gabarito: Letra B.

30. Uma entidade pública foi acionada na justiça por um antigo funcionário, que cobrava R\$ 20.000,00 referentes ao adicional de insalubridade não pago. Os advogados da entidade consideram que o risco de perda na justiça é possível. Assinale a alternativa que indica o tratamento contábil correto do fato de acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituir provisão para contingências e evidenciar o fato em nota explicativa.
- b) Constituir provisão para contingências, mas não evidenciar o fato em nota explicativa.
- c) Não constituir provisão para contingências, mas evidenciar o fato em nota explicativa.
- d) Não constituir provisão para contingências e nem evidenciar o fato em nota explicativa.

Resolução:

Gosto de inserir um quadro com um resumo dos reconhecimentos/divulgação dos **reconhecimentos/divulgação e definição dos passivos, provisões e passivos contingentes:**

Enquadramento	Definição	Reconhecimento/divulgação
Passivo	Passivo é uma obrigação presente , derivada de evento passado , cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.	Reconhecemos nas contas patrimoniais
Provisão	Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto .	As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os três requisitos abaixo: a. Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados; b. Seja provável (mais que 50% de possibilidade) uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação. c. Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;
Passivo Contingente	Passivo contingente é: a. Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; OU b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: * É improvável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; OU * Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação."	Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais (provisões) . No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas .
Passivo contingente Obrigação remota	Também é um passivo contingente, mas a probabilidade de saída de recursos é remota!	A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Devemos classificar como passivo contingente pois é uma obrigação possível (**Os advogados da entidade consideram que o risco de perda na justiça é possível**) resultante de eventos passados (**R\$ 20.000,00 referentes ao adicional de insalubridade não pago.**) e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade (**será confirmado através de decisão judicial**). Com isto, concluímos que:

- Os passivos contingentes **não** devem ser reconhecidos em **contas patrimoniais (provisões)**.
- No entanto, **deverão** ser registrados em **contas de controle do PCASP**.
- E **divulgados** em **notas explicativas**.

Gabarito: Letra C.

31. Um ente da Federação instituiu cobrança destinada a custear obras públicas que provocaram valorização imobiliária. Essa cobrança tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Nesse caso hipotético, os recursos arrecadados serão classificados como receita

- de contribuições sociais.
- patrimonial.
- tributária.
- de serviços.
- de transferência corrente.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- de contribuições sociais.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Contribuições Sociais que possui o seguinte conceito conforme MCASP 8ª Edição:



Receita Corrente – Contribuições – Contribuições Sociais

Classificada como espécie de Contribuição, por força da Lei nº 4.320/1964, a Contribuição Social é tributo vinculado a uma atividade Estatal que visa atender aos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Pode-se afirmar que as contribuições sociais atendem a duas finalidades básicas: seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e outros direitos sociais como, por exemplo: o salário educação

b) patrimonial.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Receita Patrimonial que possui o seguinte conceito conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Patrimonial

São receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.

c) tributária.

CORRETO. Trata-se do conceito de contribuição de melhoria conforme disposto no MCASP 8ª edição:

Receita Corrente – Contribuição de Melhoria

É espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas

Devendo ser classificado como Receita Tributária, conforme disposto na Lei 4320/64:

ART. 11 RECEITA TRIBUTÁRIA

Impostos.

Taxas.

Contribuições de Melhoria.

d) de serviços.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Receita de Serviços que possui o seguinte conceito conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Serviços

São receitas correntes, cuja classificação orçamentária constitui origem específica, abrangendo as receitas decorrentes das atividades econômicas na prestação de serviços por parte do ente público, tais como: comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, serviços recreativos, culturais, etc. Tais serviços são remunerados mediante preço público, também chamado de tarifa. Exemplos de naturezas orçamentárias de receita dessa origem são os seguintes: Serviços Comerciais; Serviços de Transporte; Serviços Portuários, etc.

e) de transferência corrente.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Transferências Correntes que possui o seguinte conceito conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência

Gabarito: Letra C.

32. O estágio de empenho da despesa pública tem por objetivo

- a) determinar a origem da despesa e o objeto que se deve pagar.
- b) apurar a importância exata a ser paga.
- c) definir a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.
- d) criar para o Estado obrigação de pagamento.
- e) determinar que a despesa seja paga.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) determinar a origem da despesa e o objeto que se deve pagar.

INCORRETO. Tal item é verificado na Liquidação da Despesa, conforme Lei 4320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

b) apurar a importância exata a ser paga.

INCORRETO. Tal item é verificado na Liquidação da Despesa, conforme Lei 4320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

II - a importância exata a pagar;

c) definir a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

INCORRETO. Tal item é verificado na Liquidação da Despesa, conforme Lei 4320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

d) criar para o Estado obrigação de pagamento.

CORRETO. (QUESTIONÁVEL) Na verdade, o empenho cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, a obrigação de pagamento será consolidada com o está

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

e) determinar que a despesa seja paga.

INCORRETO. A ordem de pagamento que determina que a despesa seja paga, conforme Lei 4320/64:

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Gabarito: Letra D.

32. Suponha que, ao final do exercício financeiro de 2018, o Município não tenha logrado efetuar o pagamento de despesas com contratos de obras relativas a parcelas efetivamente executadas e em relação às quais tenha ocorrido o empenho e liquidação.

Referida situação

a) enseja a necessidade de registro das referidas despesas como restos a pagar, observado o regime de competência da despesa pública que pertence ao exercício em que foi empenhada.

b) constitui afronta ao regramento constitucional e legal incidente sobre despesas públicas, notadamente no que concerne ao princípio da anualidade, ensejando nulidade da despesa.

c) embora indesejável, não constitui prática vedada, devendo o gestor efetuar o registro dos débitos correspondentes como passivos contingentes para viabilizar o pagamento no próximo exercício.

d) demanda o cancelamento dos empenhos correspondentes e abertura de crédito adicional extraordinário para pagamento por indenização, onerando dotações do orçamento subsequente.

e) configura endividamento público disfarçado, sendo, portanto, passível de aplicação de sanções ao ente, incluindo a proibição de recebimento de transferências voluntárias.

Resolução:

O Município efetuou o empenho e a liquidação da despesa, restando apenas a fase de pagamento. Trata-se dos restos a pagar Processados que são **despesas** que foram **empenhadas e liquidadas** no exercício, mas **não foram pagas**, conforme base legal da 4320/64:

*Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as **despesas empenhadas**, mas **não pagas até o dia 31 de dezembro** distinguindo-se as processadas das não processadas.*

A definição dos tipos de restos a pagar são:

- Restos a pagar **não processados** - Despesas que **NÃO foram liquidadas**. (A questão cita que ainda **depende da fase de liquidação**)
- Restos a pagar **processados** - Despesas **já liquidadas**.

Analisando as assertivas:

a) enseja a necessidade de registro das referidas despesas como restos a pagar, observado o regime de competência da despesa pública que pertence ao exercício em que foi empenhada. **CORRETA**. Perfeito, **tais despesas serão inscritas em restos a pagar**, complementando o que vimos acima, vejamos o disposto na Lei 4320/64:

*Art. 35. **Pertencem ao exercício financeiro:***

I - as receitas nele arrecadadas;

*II - as **despesas nele legalmente empenhadas**.*

b) ~~constitui afronta ao regramento constitucional e legal incidente sobre despesas públicas, notadamente no que concerne ao princípio da anualidade, ensejando nulidade da despesa.~~

INCORRETA. Invenção da banca, **é permitida a inclusão das despesas em restos a pagar**.

c) embora indesejável, não constitui prática vedada, devendo o gestor efetuar o registro dos débitos correspondentes como ~~passivos contingentes para viabilizar o pagamento no próximo exercício.~~ **INCORRETA**. Não tem relação com passivo contingente, tais despesas **deverão estar inscritas em restos a pagar**.

d) ~~demandando o cancelamento dos empenhos correspondentes e abertura de crédito adicional extraordinário para pagamento por indenização, onerando dotações do orçamento subsequente.~~

INCORRETA. Como vimos, a **despesa empenhada pertence ao exercício financeiro**, não podemos cancelá-la, principalmente por ter passado pela fase de liquidação

e) configura endividamento público disfarçado, ~~sendo, portanto, passível de aplicação de sanções ao ente, incluindo a proibição de recebimento de transferências voluntárias.~~

INCORRETA. Tais despesas serão incluídas na dívida flutuante, mas **não há sanções por este ato!**

Gabarito: Letra A.

33. As seguintes informações são referentes a uma indústria que produz apenas um produto; analise-as.

- Preço de venda do produto: R\$ 250,00/unidade.
- Custos e despesas variáveis: R\$ 150,00/unidade.
- Custos e despesas fixos: R\$ 12.000/mês.
- Amortização do principal (empréstimos): R\$ 2.000/mês.
- Remuneração do capital próprio: R\$ 3.000/mês.
- A indústria compra e vende somente à vista.

Com base apenas nas informações disponíveis e desconsiderando depreciação e tributos, assinale a alternativa correta que indica, respectivamente, as quantidades



mínimas do produto (em unidades) que deveriam ser vendidas mensalmente suficientes para: 1) a indústria atingir o ponto de equilíbrio contábil; 2) a indústria remunerar o capital próprio; e 3) a indústria amortizar o principal de suas dívidas e remunerar o capital próprio.

- a) 48, 52 e 60.
- b) 48, 60 e 68.
- c) 120, 150 e 170.
- d) 120, 150 e 270.

Resolução:

Questão que versa sobre ponto de equilíbrio. A primeira coisa aqui é calcularmos a margem de contribuição, que é a diferença entre preço de venda e custos e despesas variáveis unitários:

$$MC = P - CDV_u$$

$$MC = 250 - 150$$

$$MC = 100$$

Feito isso, saibamos que o ponto de equilíbrio é a razão entre custos e despesas fixos e a margem de contribuição, já calculada:

$$PE = CDF / MC$$

$$PE = 12.000 / 100$$

$$PE = 120$$

Encontrado o pequeno valor, tenhamos em mente que qualquer capital ou custo que se queira remunerar deve constar no numerador, somando-se aos custos e despesas fixos.

Então, para, por exemplo, calcularmos a quantidade produzida/vendida que faz a indústria remunerar seu capital próprio, precisamos adicionar esta remuneração ao numerador do cálculo do ponto de equilíbrio:

$$PE' = 12.000 + 3.000 / 100$$

$$PE' = 15.000 / 100$$

$$PE' = 150$$

Fazemos o mesmo se quisermos, além de remunerar o capital próprio, amortizar dívidas:

$$PE'' = 12.000 + 3.000 + 2.000 / 100$$

$$PE'' = 17.000 / 100$$

$$PE'' = 170$$

Gabarito: Letra C.

34. Os eventos que provocam aumento no capital permanente líquido de uma empresa incluem o(a)

- a) aumento de capital com incorporação de reservas de lucros.
- b) aquisição de ativo imobilizado com financiamento de longo prazo.
- c) venda de estoques para recebimento no longo prazo.
- d) conversão de dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo.
- e) obtenção de empréstimos com vencimento anterior ao término do exercício social seguinte.

Resolução:

Questão sobre análise do capital de giro. De pronto, cabe conhecer a fórmula que a questão está pedindo: **Capital Permanente Líquido**, cuja fórmula se encontra definida abaixo:

$$\text{Capital Permanente Líquido} = PL + PNC - ANC$$

Esse índice tem o mesmo valor que o **Capital de Giro Líquido**, mas é calculado a partir das **contas não circulante**. Vamos conhecer, a título de informação, a fórmula do Capital de Giro Líquido:

$$\text{Capital De Giro Líquido ou Capital Circulante Líquido} = AC - PC$$

Voltando à fórmula do CPL, a questão solicita o evento que aumenta o capital permanente líquido de uma empresa, sendo assim, o evento tem que apresentar OU aumento do PL ou PNC, OU redução no valor do ANC, vamos analisar cada alternativa e apontar a correta:

a) aumento de capital com incorporação de reservas de lucros.

ERRADO: Fato permutativo dentro do PL. CPL manter-se-á inalterado.

D Capital Social (PL)

C Reserva de Lucro (PL)

b) aquisição de ativo imobilizado com financiamento de longo prazo.

ERRADO: Como houve aumento concomitante do PNC e do ANC, o efeito será neutro no CPL.

D Imobilizado (ANC)

C Financiamentos LP (PNC)

c) venda de estoques para recebimento no longo prazo.

ERRADO: Houve aumento do ANC, por conseguinte, haverá redução do CPL, alternativa errada.

D Clientes LP (ANC)

C Receita de vendas (Rec)

d) conversão de dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo.

CERTO: Haverá redução de PC para aumentar PNC, Com efeito, o CPL irá aumentar:

D Contas a pagar (PC)

C Contas a pagar (PNC)

e) obtenção de empréstimos com vencimento anterior ao término do exercício social seguinte.

ERRADO: Se o empréstimo tem como vencimento antes do término do exercício social seguinte, ele será de curto prazo. Logo: tal evento não terá efeito no CPL

D Caixa (AC)

C Empréstimos a pagar (PC)

Gabarito: Letra D.

35. A seguir, são apresentados saldos de contas patrimoniais das Empresas A, B e C em 31/12/2018.

Ativo	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Ativo circulante	20.000,00	60.000,00	40.000,00
Ativo não circulante	80.000,00	40.000,00	60.000,00
Passivo			
Passivo circulante	30.000,00	55.000,00	10.000,00
Passivo não circulante	40.000,00	15.000,00	5.000,00
Patrimônio líquido	30.000,00	30.000,00	85.000,00

Com base nos dados fornecidos, analise as afirmativas a seguir.

I. A Empresa C possui o maior quociente de liquidez corrente

PORQUE

II. A Empresa C se mostra menos dependente de capital de terceiros do que as demais empresas.

Sobre as afirmativas, é correto afirmar que

- a) ambas são falsas.
- b) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- c) a segunda é verdadeira e a primeira é falsa.
- d) ambas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) ambas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

Resolução:

I. A Empresa C possui o maior quociente de liquidez corrente.

CORRETA: a Liquidez Corrente é dada por:

$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Se calcularmos a Liquidez Corrente para as três empresas temos que a Liquidez Corrente para a Empresa C é a maior:

	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Ativo circulante	20.000	60.000	40.000
Passivo circulante	30.000	55.000	10.000
Liquidez Corrente	0,67	1,09	4

II. A Empresa C se mostra menos dependente de capital de terceiros do que as demais empresas.

CORRETA: a dependência do capital de terceiros pode ser calculada através do Endividamento.

$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$

Se calcularmos o Endividamento para as três empresas temos que o Endividamento para a Empresa C é o menor, portanto ela se mostra menos dependente do capital de terceiros:

	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Ativo Circulante	20.000	60.000	40.000
Ativo Não Circulante	80.000	40.000	60.000
= Ativo Total	100.000	100.000	100.000
Passivo Circulante	30.000	55.000	10.000
Passivo Não Circulante	40.000	15.000	5.000
= Passivo Total	70.000	70.000	15.000
Endividamento	0,7	0,7	0,15

CONCLUSÃO: as duas assertivas estão certas, entretanto a "I" não é a causa de "II". A **Liquidez Corrente** indica a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, envolvendo o ativo e passivo circulantes; já o **Endividamento** mostra a dependência do capital de terceiros para financiar a empresa, envolvendo ativo e passivo circulantes e não circulantes. Dessa maneira, não podemos estabelecer uma

Gabarito: Letra E.

36. Uma entidade apresentou um (PC) Passivo Circulante e (PNC) Passivo Não Circulante de R\$ 720,00, e um (AT) Ativo Total avaliado em R\$ 1.900,00. Sabe-se que o (ET) Endividamento Total pode ser obtido pela divisão do capital de terceiros (PC + PNC) pelo (AT) Ativo Total. A empresa apresentou, portanto, um (ET) Endividamento Total de R\$ 0,38.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.



- a) Para cada real do ativo total, R\$ 0,62 estão presos a dívidas.
- b) Para cada real do ativo total, R\$ 0,38 estão livres para negociações.
- c) 37,89% do ativo total estão sendo financiados com recursos de terceiros.
- d) O grau de endividamento menor que 1 indica que a empresa está insolvente.

Resolução:

a) Para cada real do ativo total, R\$ 0,62 estão presos a dívidas.

ERRADO: Caso isso aconteça, isso quer dizer que o (ET) Endividamento Total é de 62%, e não de 38% como está no enunciado.

b) Para cada real do ativo total, R\$ 0,38 estão livres para negociações.

ERRADO: Se para cada real do ativo total, R\$ 0,38 estão livres para negociações, isso implica em dizer que R\$ 0,62 estão presos em dívidas, então essa alternativa está incorreta.

c) 37,89% do ativo total estão sendo financiados com recursos de terceiros.

CERTO: Como o (ET) Endividamento Total relaciona o ativo com o capital de terceiros (PC e PNC), considerando um (PC) Passivo Circulante e (PNC) Passivo Não Circulante de R\$ 720,00, e um Ativo Total avaliado em R\$ 1.900,00, o total financiado por recursos de terceiros será de aproximadamente 38%, contra 62% financiado com capital próprio.

$$ET = PC + PNC / A.T.$$

d) O grau de endividamento menor que 1 indica que a empresa está insolvente.

ERRADO: Na verdade indica apenas que o capital de terceiros está superior ao capital próprio. Contudo, cabe dizer que, quanto mais alto esse índice, mais a empresa está presa a dívidas.

$$\text{Grau de endividamento} = PC + PNCPL$$

Gabarito: Letra C.

37. Sabendo que os trabalhos de auditoria devem subsidiar os usuários de informações contábeis com diversas decisões, assinale a opção correta.

- a) Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, ao passo que procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.
- b) O auditor, ao definir e executar procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências de auditoria, deve consultar fontes internas e externas à entidade, com a finalidade de detectar erros ou fraudes, independentemente da fonte da informação.
- c) O auditor deve formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas, apresentando a conclusão sobre a evidência obtida e sobre as distorções não corrigidas e relevantes, sendo seu dever ético informar as autoridades competentes sobre as fraudes encontradas.
- d) O auditor deve observar todas as normas brasileiras de auditorias, bem como declarar a conformidade com essas normas, além de emitir parecer com base nos indicadores de mercado, como o índice preço/patrimônio líquido (P/PL).
- e) Ao emitir o relatório de auditoria, o auditor deverá destacar que a administração da entidade é responsável pelas demonstrações contábeis, que o auditor é o responsável pelo relatório de auditoria e que o relatório contém a opinião do auditor, independentemente de as demonstrações contábeis conterem fraude ou erro não detectado pelo auditor.

Resolução:

Questão aborda os diversos procedimentos que ocorrem durante a execução dos trabalhos de auditoria, segundo as NBC TAs. Comentário das alternativas.

a) ~~Teste de controle~~ é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, ao passo que ~~procedimento substantivo~~ é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

Item errado porque os conceitos estão invertidos. Veja:

4. Para fins das normas de auditoria, os termos abaixo têm os seguintes significados:

Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluem:

(a) testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações); e

(b) procedimentos analíticos substantivos.

Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações. [NBC TA 330][grifo nosso]

b) O auditor, ao definir e executar procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências de auditoria, deve consultar fontes internas e externas à entidade, com a finalidade ~~de detectar erros ou fraudes, independentemente da fonte da informação.~~

Item errado porque a finalidade dessa evidência é obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião. Veja:

4. **O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam ao auditor conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilitem obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.** [NBC TA 500][grifo nosso]

c) O auditor deve formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas, apresentando a conclusão sobre a evidência obtida e sobre as distorções não corrigidas e relevantes, ~~sendo seu dever ético informar as autoridades competentes sobre as fraudes encontradas.~~

Item errado porque da forma como está redigida a alternativa entende-se que seriam em todos os casos que haveria essa comunicação com as autoridades competentes, mas há restrição. Veja: A65. O dever profissional do auditor de manter a confidencialidade das informações do cliente pode impedir que ele relate a fraude a uma parte fora da entidade cliente. Contudo, a responsabilidade legal do auditor e, **em certas circunstâncias**, o dever de confidencialidade pode ser passado por cima por estatuto, lei ou tribunais de direito. **No Brasil, o auditor de instituição financeira tem o dever de relatar a ocorrência de fraude a autoridades de supervisão. Em outros segmentos o auditor também tem dever de relatar distorções nos casos em que a administração e os responsáveis pela governança deixam de adotar ações corretivas.** [NBC TA 240] [grifo nosso]

d) O auditor deve observar todas as normas brasileiras de auditorias, bem como declarar a conformidade com essas normas, ~~além de emitir parecer com base nos indicadores de mercado, como o índice preço/patrimônio líquido (P/PL).~~

Item errado. Veja:

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante **a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.** [...] [NBC TA 200]

13. Para fins das NBC TAs, os seguintes termos possuem os significados atribuídos a seguir:
Estrutura de relatório financeiro aplicável é a estrutura de relatório financeiro adotada pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança na elaboração

das demonstrações contábeis, que é aceitável em vista da natureza da entidade e do objetivo das demonstrações contábeis ou que seja exigida por lei ou regulamento. [...] [NBC TA 200]

e) Ao emitir o relatório de auditoria, o auditor deverá destacar que a administração da entidade é responsável pelas demonstrações contábeis, que o auditor é o responsável pelo relatório de auditoria e que o relatório contém a opinião do auditor, independentemente de as demonstrações contábeis conterem fraude ou erro não detectado pelo auditor.

Item certo. Esse destaque é feito por meio das representações formais/carta de responsabilidade, mencionando que é a administração a responsável pela elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e o auditor é o responsável pela emissão da opinião se essas demonstrações estão em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, independentemente se causada por fraude ou erro.

Gabarito: Letra E.

38. Sobre auditoria, sob a ótica das normas do Conselho Federal de Contabilidade, analise as afirmações a seguir.

I - Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, independente de causadas por fraude ou erro, possibilitando, assim, que o auditor expresse sua opinião acerca das demonstrações contábeis elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura do relatório financeiro aplicável, constitui-se num dos objetivos gerais do auditor ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis.

II - Sem ressalva, com ressalva, adverso e com abstenção de opinião identificam os tipos de parecer do auditor interno.

III - Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou o método de seleção de itens a serem testados, o auditor deve empregar técnicas estatísticas.

IV - O auditor, ao aplicar os testes de observância, deve objetivar a obtenção de evidências quanto à existência, efetividade e continuidade dos controles internos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais de auditoria. Analisando cada alternativa:

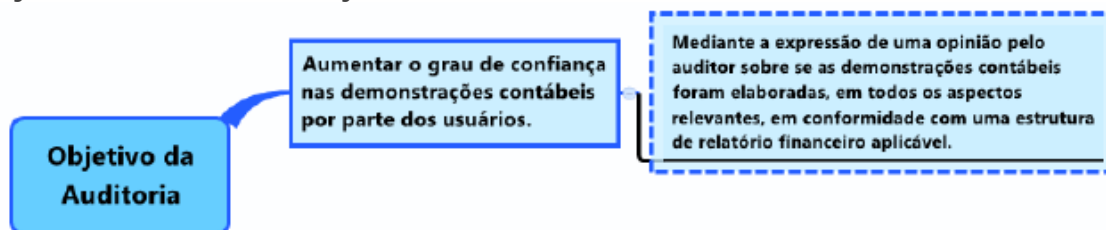
I - Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, independente de causadas por fraude ou erro, possibilitando, assim, que o auditor expresse sua opinião acerca das demonstrações contábeis elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura do relatório financeiro aplicável, constitui-se num dos objetivos gerais do auditor ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis.

Item certo. Esse é o objetivo precípua do auditor externo, segundo a NBC TA 200(R1). Veja:

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. [...] [grifo nosso]

5. Como base para a opinião do auditor, as NBC TAs exigem que **ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.** [...] [grifo nosso]

Esse, **certamente**, é um dos dispositivos que mais aparece em provas. Segue mapa mental para ajudá-los na memorização.



II - Sem ressalva, com ressalva, adverso e com abstenção de opinião identificam os tipos de parecer do auditor ~~interno~~.

Item errado, pois esses são os tipos de parecer do auditor externo.

As NBC TA 700, 705 e 706 mostram a opinião do auditor acerca das demonstrações contábeis (relatórios/pareceres).

Segundo essas normas, os pareceres (relatórios) são de dois tipos: não modificados (sem ressalva/limpo) e modificados (subtipos: com ressalva, com abstenção de opinião e opinião adversa).

Opinião não modificada ou sem modificações é a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (os itens 35 e 36 tratam das frases usadas para expressar essa opinião no caso da estrutura de apresentação adequada e da estrutura de conformidade, respectivamente). Em outros termos, parecer limpo é uma opinião em que o auditor verifica que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e aplicados com uniformidade.

A tabela a seguir mostra como a opinião do auditor sobre a natureza do assunto que gerou a modificação, e a disseminação de forma generalizada dos seus efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis, afeta o tipo de opinião a ser expressa:

RELATÓRIOS DE AUDITORIA		
Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante mas não generalizado	Relevante e generalizado
As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

III - Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou o método de seleção de itens a serem testados, o auditor **deve** empregar técnicas estatísticas.

Item errado, pois, nesse caso, o auditor não está obrigado a empregar técnicas estatísticas. O correto seria **PODE** ao invés **DEVE**. **Fiquem atentos à norma de onde foi extraída essa informação porque, embora tenha sido revogada, costuma-se retirar questões dela (NBC T 11.11 – Amostragem).** Veja:

NBC T 11.11 - AMOSTRAGEM

11.11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

11.11.1.1. Esta norma tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade, os procedimentos e os critérios para planejar e selecionar amostra de itens a serem examinados pelo auditor.

11.11.1.2. **Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a testar, o auditor pode empregar técnicas de amostragem.** [grifo nosso]

IV - O auditor, ao aplicar os testes de observância, deve objetivar a obtenção de evidências quanto à existência, efetividade e continuidade dos controles internos. **Item certo.** Segundo a IN nº 01/2001/SFCI, procedimento de auditoria é o conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que permite obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião. Esse abrange testes de observância e testes substantivos:

a) testes de observância: visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

b) testes substantivos: visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábil e administrativos da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Atualmente esses testes têm novas designações. Segundo a NBC TA 330 (R1):

4. Para fins das normas de auditoria, os termos abaixo têm os seguintes significados:

(a) *Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluem:*

- (i) *testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações); e*
- (ii) *procedimentos analíticos substantivos.*

(b) *Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.*

Resumidamente:

Testes de observância (atualmente Testes de controle) faz a verificação dos controles internos. É analisado se os procedimentos são executados corretamente (existência, efetividade e continuidade).

Testes substantivos (atualmente Procedimentos analíticos substantivos) faz a verificação da informação propriamente dita, tais como: classes de transações, de saldos de contas e de divulgações.

Gabarito: Letra B.

39. Segundo a NBC TA 620 – Utilização do Trabalho de Especialistas, o especialista do auditor é uma pessoa ou organização com especialização em área que não contabilidade ou auditoria, contratado pelo auditor, cujo trabalho nessa área é utilizado pelo auditor para ajudá-lo a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. O especialista do auditor pode ser interno (um sócio, ou equivalente no setor público quando relevante, ou uma pessoa que faz parte da equipe, incluindo equipe temporária, da firma do auditor ou de firma da rede), ou externo. Um especialista do auditor pode ser necessário para ajudar o auditor em um ou mais dos seguintes assuntos, EXCETO:

- a) Entendimento da entidade e de seu ambiente, incluindo seus controles internos.
- b) Determinação e implementação de respostas gerais aos riscos avaliados no nível de demonstrações contábeis.
- c) Avaliação da suficiência e adequação da evidência de auditoria obtida na formação de opinião sobre as demonstrações contábeis.
- d) Execução de procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível de afirmação, compreendendo a indagação e os procedimentos analíticos.

Resolução:

Se a especialização em área que não contabilidade ou auditoria é necessária para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, o auditor deve determinar a necessidade de utilizar o trabalho de especialista. Nesse contexto, há assuntos que o especialista pode ajudar o auditor. A questão aborda exatamente um que desses assuntos não previstos na NBC TA 620. Veja:

A4. Um especialista do auditor pode ser necessário para ajudar o auditor em um ou mais dos assuntos a seguir:

- *entendimento da entidade e de seu ambiente, incluindo seus controles internos; (Letra A)*
- *identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante;*
- *determinação e implementação de respostas gerais aos riscos avaliados no nível de demonstrações contábeis; (Letra B)*
- *definição e execução de procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível de afirmação, **que compreendem testes de controle ou procedimentos substantivos;***
- *avaliação da suficiência e adequação da evidência de auditoria obtida na formação de opinião sobre as demonstrações contábeis. (Letra C) [grifos não constantes no original]*

Analisando as alternativas, concluímos que o procedimento “indagação” não está previsto na norma supracitada como sendo executada/auxiliada pelos especialistas. Esse procedimento é realizado pelo próprio auditor.

Gabarito: Letra D.

40. A NBC PP 01 – Perito Contábil apresenta diversos termos e os conceitos atribuídos a cada um.

À luz da referida norma, e marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Perito oficial: é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.

() Perito-assistente: é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.

() Perito do juízo: é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.

() Perito: é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.

A sequência está correta em

- a) F, F, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) F, V, V, V.

Resolução:

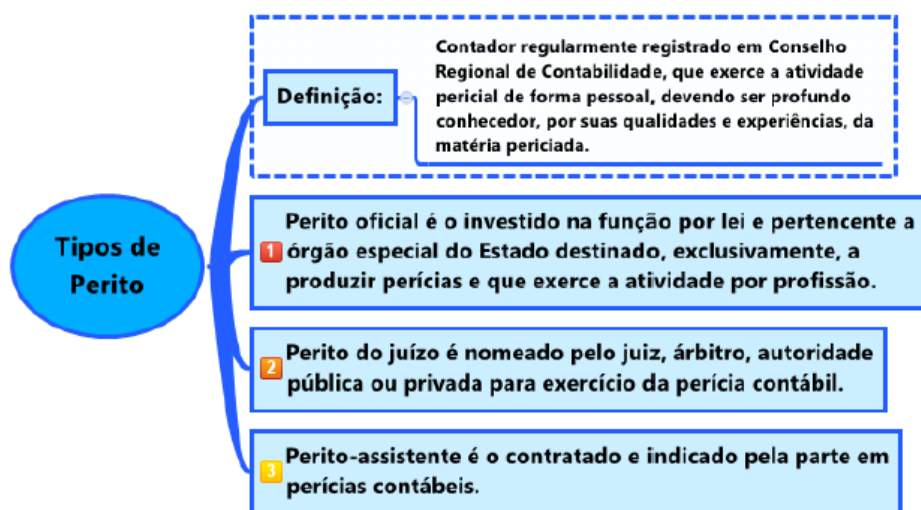
Questão aborda os tipos de peritos previstos na NBC PP 01.

Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada. Tipos:

a) **Perito oficial** é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.

b) **Perito do juízo** é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.

c) **Perito-assistente** é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.



Analisando os itens:

(F) Perito oficial: é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil. Refere-se ao perito do juízo.

(F) Perito-assistente: é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada. Refere-se ao perito de maneira geral.

(F) Perito do juízo: é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão. Refere-se ao perito oficial.

(F) Perito: é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis. Refere-se ao perito-assistente.

Gabarito: Letra A.

41. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.

- a) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- b) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- c) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- d) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.
- e) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.

Resolução:

Questão aborda aspectos gerais acerca da perícia contábil, segundo a NBC T 13. Veja:

13.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

13.1.1 – A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. [alternativa "a"]

13.1.1.1 – O laudo pericial contábil e ou parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.

13.1.2 – A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade. [alternativa "b"]

13.1.3 – Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item anterior exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83. [alternativa "d"]

13.1.4 – A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes. [alternativa "e"]

Analisando as alternativas, concluímos que, à exceção da "c", todas as alternativas se referem a conceituação e objetivo. Procedimentos é um tópico à parte da norma supracitada. Veja:

13.4 – PROCEDIMENTOS

13.4.1 – Os procedimentos de perícia contábil **visam fundamentar as conclusões** que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. [grifo nosso]

Gabarito: Letra C.

42. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil.

Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.

- a) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimacão e previsão.
- b) Indagação, fiscalização, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, aferição e avaliação.
- c) Investigação, estimacão, indagação, mensuração, avaliação e certificação.
- d) Exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- e) Arbitramento, pesquisa, apreciação, previsão, arbitramento, mensuração, avaliação e estimacão.

Resolução:

Segundo a NBC TP 01, os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Veja:



Gabarito: Letra D.

43. Segundo o Código de Ética Profissional do Contador, sempre que transgredir um dos preceitos ali previstos, a infração ética será devidamente apurada e, após o regular processo, será aplicada penalidade compatível com o dano. Na aplicação das sanções éticas, poderá ser considerado como atenuante:

- a) Atuação em defesa de parente até o segundo grau.
- b) Prestação de relevantes serviços à contabilidade.
- c) Realização de formação continuada.
- d) Serviços realizados sem cobrança de honorários.
- e) Condenação anterior por caso semelhante.

Resolução:

Segundo o Código de Ética do Contabilista (NBC PG 01/19), as circunstâncias atenuantes são:

*20. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes: (a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; (b) ausência de punição ética anterior; (c) **prestação de serviços relevantes à Contabilidade**; e (d) aplicação de salvaguardas.*

Apenas a resposta que diz "prestação de relevantes serviços à contabilidade" consta acima.

Gabarito: Letra B.

44. Determinado escritório de contabilidade publicou anúncio em jornal de grande circulação local com os dizeres "seja nosso cliente e não pague imposto de renda". Com base no código de conduta do profissional contabilista, a oferta de serviços de forma promocional caracteriza, em regra:

- a) Retenção abusiva.
- b) Concorrência desleal.
- c) Apropriação indébita.
- d) Aviltamento de honorários.

Resolução:

Art. 8º **É vedado** ao Profissional da Contabilidade oferecer ou disputar serviços profissionais mediante **aviltamento de honorários** ou em **concorrência desleal**.

Aviltamento de honorários => é a cobrança de honorários com valor inferior ao considerado aceitável.

Concorrência desleal => utilizar-se de práticas ilícitas para angariar clientela.

Gabarito: Letra B.

45. Uma determinada Sociedade, entendendo que o Controle Orçamentário é uma das etapas fundamentais para o gerenciamento das suas atividades, está motivando os gestores a elaborarem e acompanharem os orçamentos de suas áreas para que eles possam participar efetivamente de todas as etapas orçamentárias.

Os itens a seguir apresentam justificativas que a Controladoria, na função de gerenciamento do sistema de informações gerenciais, poderia apresentar para reforçar o intuito da organização.

Com relação às alternativas que poderiam ser utilizadas pela controladoria como argumentos, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário proporcionam informações e condições para que os gestores da estrutura organizacional da entidade possam entender os resultados obtidos, conhecer as variações favoráveis e desfavoráveis dos eventos em comparação com o que foi previsto.

II. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário têm como objetivo proporcionar informações e condições para que os gestores da estrutura organizacional da entidade possam buscar e encontrar os culpados pelos desvios, contribuindo para identificar o perfil operacional de seus recursos humanos.

III. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário permitem que os gestores tenham condições de questionar as variações em termos de causa e efeito e permite reprogramar o planejamento da entidade.

Estão certos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Resolução:

Questão trata de Controladoria Estratégica e Operacional. A Controladoria é uma área da empresa responsável por projetar, atualizar e garantir a eficiência e confiabilidade.

A gestão orçamentária de qualquer empresa ocorre em 3 etapas:

- 1 – Planejamento Orçamentário: conjunto de ações que serão realizadas no futuro orientadas para uma meta de lucros.
- 2 – Execução Orçamentária: conjunto de ações planejadas de acordo com os valores orçados.
- 3 – Controle Orçamentário: é a comparação entre os valores planejados e os valores realizados.

Analisando cada item.

I. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário proporcionam informações e condições para que os gestores da estrutura organizacional da entidade possam entender os resultados obtidos, conhecer as variações favoráveis e desfavoráveis dos eventos em comparação com o que foi previsto.

Item correto, pois tanto elaboração do orçamento quanto o controle orçamentário implicam na aplicação de princípios e procedimentos de planejamento e controle de resultados a todas as fases da operação da empresa e possibilita aos administradores tomarem decisões que busquem corrigir as falhas existentes e colocar a empresa no rumo.

II. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário têm como objetivo proporcionar informações e condições para que os gestores da estrutura organizacional da entidade possam ~~buscar e encontrar os culpados pelos desvios~~, contribuindo para identificar o perfil operacional de seus recursos humanos.

Item errado, pois a elaboração do orçamento e o controle orçamentário não têm como objetivo buscar culpados pelos desvios, e sim, identificar as razões das variações existentes entre o real e o orçado, para que o processo operacional da empresa seja corrigido tempestivamente, de modo que os objetivos possam ser atingidos.

III. A elaboração do orçamento e o controle orçamentário permitem que os gestores tenham condições de questionar as variações em termos de causa e efeito e permite reprogramar o planejamento da entidade.

Item correto, uma vez que ajudam os administradores a coordenar seus esforços, de forma que os objetivos possam ser atingidos. Ressalte-se que planejamento não é estático e sempre que possível deve ser modificado.

Gabarito: Letra B

46. Com base na Resolução CFC nº 803/96, que aprova o Código de Ética Profissional do Contador, analise as afirmativas a seguir.

- I. É dever do contador quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto da perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo.
- II. É dever do contador quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
- III. É vedado ao profissional da contabilidade contador assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.

IV. A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência reservada, censura reservada, ou censura pública.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II, III e IV.
- b) I, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

Resolução:

O Código de Ética Profissional do Contador dispõe sobre os **deveres do contador e vedações ao contador** nos itens 4 e 5 da Norma. Além disso, no item 20, o código também aborda as penalidades a que o contador está sujeito em caso de transgressão a suas determinações. A banca solicitou que a resposta seja dada com base na Resolução CFC nº 803/96, porém as assertivas estão de acordo com o novo código, que foi atualizado pela NBC PG 01 e entrou em vigor em 1º de junho de 2019.

Assim, vamos analisar as assertivas.

I. É dever do contador quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto da perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo.

CERTO. O contador deve manter sua independência moral e técnica, de forma isenta. A assertiva traz a literalidade do inciso II, do art. 5º da Resolução CFC nº 803/96. A NBC PG 01 (Novo Código de Ética) dispõe que o contador deve "abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional".

II. É dever do contador quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.

CERTO. O contador não deve aceitar o trabalho quando não estiver capacitado para tal. A assertiva está de acordo com o disposto no inciso I do art. 5º da Resolução e do item 4, b, da NBC PG 01.

III. É vedado ao profissional da contabilidade contador assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.

CERTO. O contador não pode assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por terceiros que não tenham sido orientados, supervisionados ou revisados pelo contador. Tal vedação está de acordo com o art. 3º, IV, da Resolução CFC nº 803/96 e com o item 5, c, do novo Código de Ética.

IV. A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência reservada, censura reservada, ou censura pública.

CERTO. As penalidades, que serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração, estão previstas tanto na resolução quanto na NBC PG 01 e são:

- Advertência reservada
- Censura reservada
- Censura pública

Gabarito: Letra A.

47. Em 17/08/2018 um cliente tomou um empréstimo para pagamento em 4 prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 500,00 cada, devendo a primeira prestação ser paga em 17/09/2018. A taxa de juros contratada para essa dívida foi de 2% ao mês de juros compostos. Considerando somente as informações apresentadas e desconsiderando-se a incidência de impostos, assinale, entre as alternativas a seguir, o valor aproximado que o cliente tomou como empréstimo em 17/08/2018. Admita que o plano para pagamento da dívida adota o mês comercial de 30 dias e que os juros mensais estão embutidos no valor das prestações.

- a) R\$ 1.851,85.
- b) R\$ 1.903,86.
- c) R\$ 1.980,00.
- d) R\$ 2.000,00.

Resolução:

Antes de mais nada, vale a pena lembrar que o item 5.12 do Edital do Exame de Suficiência para o ano de 2018 autorizou o uso de máquina calculadora. Por isso a questão não trouxe tabela financeira.

O valor tomado como empréstimo corresponde ao valor atual das quatro prestações:

$$\begin{aligned} & \frac{500}{1,02} + \frac{500}{1,02^2} + \frac{500}{1,02^3} + \frac{500}{1,02^4} \\ &= 500 \times \left(\frac{1,02^3 + 1,02^2 + 1,02 + 1}{1,02^4} \right) \\ &= 500 \times \frac{4,121608}{1,08243216} \\ &\approx 1.903,86 \end{aligned}$$

Gabarito: Letra B.

48. Quando da suspensão ou da interrupção do contrato de trabalho, não há a prestação de serviços para o empregador. Um contador responsável pelas rotinas trabalhistas de determinada empresa sabe que, em linhas gerais, na interrupção do contrato de trabalho, o empregado continua recebendo sua remuneração e há a contagem do tempo de serviço, o que não ocorre no caso de suspensão do contrato. Neste contexto, as seguintes hipóteses são de interrupção de contrato de trabalho para um empregado, EXCETO:

- a) Afastamento para exercício de cargo público.
- b) Necessidade de o empregado comparecer a juízo.
- c) Licença de três dias consecutivos, em virtude de casamento.
- d) Doação voluntária de sangue devidamente comprovada, por um dia, em cada doze meses de trabalho.

Resolução:

Embora a maioria das hipóteses esteja no rol do art. 473 da CLT, é possível que outras legislações as prevejam. Em provas, as bancas focam mesmo é na CLT.

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

*II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de **casamento**;*

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

*VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que **comparecer a juízo**.*

Lembre-se das recentes hipóteses incluídas no art. 473 da CLT.



X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.

XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.

XII - até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada. (Incluído pela Lei nº 13.767, de 2018)

a) Afastamento para exercício de cargo público. INCORRETA: Aqui se enquadram os afastamentos **mais longos**, como mandato eletivo ou cargo de direção. Essas hipóteses não se confundem com aqueles de curto período, configurados como de interrupção, por exemplo, júri, comparecimento em juízo e serviço eleitoral.

Art. 483

§ 1º - **O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato**, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

Perceba pelo disposto no § 1º acima, que **cabe ao EMPREGADO decidir pela suspensão ou extinção do contrato**, é ato facultativo. Para que o empregado retorne ao mesmo cargo é necessário **notificar** o empregador até 30 dias do término do encargo.

b) Necessidade de o empregado comparecer a juízo. CORRETA: É período estipulado **pelo tempo necessário**, correspondem às hipóteses de caráter educacional, para o ingresso no ensino **superior** e de encargo público ou privado, por curto prazo de afastamento, como comparecer a juízo.

c) Licença de três dias consecutivos, em virtude de casamento. CORRETA: A interrupção decorrente do **casamento** é conhecida por licença **de gala**.

d) Doação voluntária de sangue devidamente comprovada, por um dia, em cada doze meses de trabalho.

CORRETA: Quanto à interrupção para doação de sangue se conta sempre **12 meses de trabalho** e não da última doação. O prazo de um dia justifica-se porque não é recomendado ao doador realizar grandes esforços físicos no dia da doação além, é claro, de ato altruísta.

Gabarito: Letra A.

49. As obrigações tributárias dividem-se em principais e acessórias.

Dentre as alternativas relacionadas, assinale a que corresponde a uma obrigação principal.

- a) Escrituração dos livros fiscais.
- b) Emissão da nota fiscal de venda de mercadoria ou serviço.
- c) Cálculo do saldo credor de ICMS por uma empresa exportadora.
- d) Pagamento dos tributos incidentes sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.

Resolução:

Trata a questão da diferença entre obrigações tributárias principais e acessórias. Estão previstas no art. 113 e seguintes do CTN. Vejamos:

Art. 113. A **obrigação tributária** é **principal** ou **acessória**.

§ 1º A **obrigação principal** surge com a ocorrência do fato gerador, **tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária** e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A **obrigação acessória** decorre da legislação tributária e **tem por objeto as prestações, positivas ou negativas**, nela previstas **no interesse da arrecadação ou da fiscalização** dos tributos.

§ 3º A **obrigação acessória**, pelo simples fato da sua **inobservância**, **converte-se em obrigação principal** relativamente à penalidade pecuniária.



Ou seja, para o Código, as obrigações tributárias principais são aquelas têm por objeto o pagamento do crédito tributário, seja ele decorrente do tributo em si ou da respectiva penalidade pecuniária. Já as acessórias são aquelas que possuem como finalidade auxiliar na arrecadação da obrigação principal. Passemos à resolução da questão.

d) *Pagamento dos tributos incidentes sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.*

ALTERNATIVA CORRETA. Quando se fala em pagamento, seja de tributo ou da multa, teremos uma obrigação tributária principal de acordo com o CTN (art. 113, §1º).

a) ~~*Escrituração dos livros fiscais.*~~

ALTERNATIVA ERRADA. A obrigação de escriturar livros fiscais, prevista na legislação tributária dos diversos entes federativos, é **obrigação acessória**, uma vez que tem por objetivo demonstrar ao fisco as possíveis ocorrências de fatos geradores em determinado período, bem como sua base de cálculo e o montante do tributo porventura a pagar. Vejamos o que diz o professor Eduardo Sabbag (2018) a esse respeito:

(...) o objeto poderá se materializar na intitulada **obrigação acessória**, se for **instrumental** (não pecuniária), indicadora de "obrigação de fazer ou de não fazer". Ela está prevista no § 2.º do art. 113 do CTN.

(...)

A obrigação acessória é a prestação positiva ou negativa, que se desdobra em atos de fazer ou de não fazer, sem caráter de patrimonialidade. Exemplos: a obrigatoriedade de **emitir notas fiscais, entregar declarações etc**

b) ~~*Emissão da nota fiscal de venda de mercadoria ou serviço.*~~

ALTERNATIVA ERRADA. No mesmo sentido que a questão anterior. O ato de emitir nota fiscal é **obrigação acessória**, nos termos do art. 113, §2º, do CTN.

c) ~~*Cálculo do saldo credor de ICMS por uma empresa exportadora.*~~

ALTERNATIVA ERRADA. Aqui temos outra **obrigação acessória**, conforme disposição do CTN. Veja que o simples fato de calcular determinado valor a título de tributo, seja ele a título credor ou devedor, não torna a obrigação principal. Para ser considerada principal, **deverá haver necessariamente o ato de pagamento do tributo ou penalidade pecuniária**, já **previamente calculados** pelo contribuinte.

Gabarito: Letra D.

50.

Por que ética?

Por que ética? E o que é a ética? Não poderemos nos contentar com uma representação qualquer ou indeterminada. Da mesma forma, pressupondo uma pré-compreensão completamente indeterminada, desde o início podemos nos perguntar: por que afinal devemos nos ocupar com a ética? [...] Entre os jovens intelectuais, antigamente havia interesse mais pelas assim chamadas teorias críticas da sociedade. Ao contrário disto, na ética supõe-se uma reflexão sobre valores reduzida ao individual e ao inter-humano. E teme-se que aqui, contudo não seria possível encontrar nada de obrigatório, a não ser remontando-se a tradições cristãs ou de outras religiões. É o ético, ou então, ao contrário, as relações de poder, que são determinantes na vida social? E estas não determinam, por sua vez, as representações éticas de um tempo? E se isto é assim, ao se pretender lidar diretamente com a ética e não a partir de uma perspectiva de crítica da ideologia, não representaria isto um retorno a uma ingenuidade hoje insustentável?

(TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes. 1996, p. 11-13. Adaptado.)

No texto anterior, o autor utiliza como estratégia para a construção de seu texto uma sequência de interrogações. Pode-se afirmar que tal estratégia

- a) indica pausas de elocução com o propósito de obter uma informação desconhecida até então.
- b) preconiza a importância do debate acerca da ética, tendo em vista seu papel na sociedade, exposto e exemplificado pelo autor de forma sucinta, mas suficientemente esclarecedora.
- c) demonstra a exposição de um ponto de vista sob forma de perguntas, trocando-se a afirmação por uma questão, acelerando-se o andamento discursivo e intensificando-se o sentido.
- d) desmistifica o caráter persuasivo da argumentação, a ponto de elucidar de forma objetiva e clara o verdadeiro e único propósito de tal tipo textual: apresentar uma tese e demonstrar sua veracidade.

Resolução:

No texto anterior, o autor utiliza como estratégia para a construção de seu texto uma sequência de **interrogações**. Pode-se afirmar que tal estratégia demonstra a **exposição de um ponto de vista sob forma de perguntas**, trocando-se a afirmação por uma questão, acelerando-se o andamento discursivo e intensificando-se o sentido. Portanto está **correta** a **letra C**.

Esse tipo de estratégia, geralmente denominado de **pergunta retórica**, **não tem o objetivo de obter uma resposta do interlocutor**, mas sim de **estimular a reflexão dele** sobre o assunto abordado. Quem faz uma **pergunta retórica** já tem a resposta do questionamento e acaba, muitas vezes, respondendo à própria pergunta para reforçar uma ideia ou crítica sobre o tema abordado.

Assim sendo, estão **incorretas** as **letras A, B e D**, por se distanciarem do que foi explicado acima.

A letra C (demonstra a exposição de um ponto de vista sob forma de perguntas, trocando-se a afirmação por uma questão, acelerando-se o andamento discursivo e intensificando-se o sentido.).

Gabarito: Letra C.